

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	22
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
Notas Explicativas	29
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	72

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.528.451
Preferenciais	0
Total	1.528.451
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	18/02/2014	Ordinária		0,01705
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	19/03/2014	Dividendo	22/04/2014	Ordinária		0,53600
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2014	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2014	Ordinária		0,01631

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	5.777.256	6.386.762
1.01	Ativo Circulante	4.029.716	4.562.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.037.606	1.368.286
1.01.03	Contas a Receber	613.943	626.374
1.01.03.01	Clientes	612.977	625.193
1.01.03.01.02	Clientes Terceiros	498.271	702.779
1.01.03.01.03	Clientes Cias do Grupo BAT	128.012	178.976
1.01.03.01.04	Clientes Agricultores	8.345	11.187
1.01.03.01.05	Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	-9.240	-254.571
1.01.03.01.06	Provisão para Impairment	-12.411	-13.178
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	966	1.181
1.01.03.02.02	Contas Receber p/Venda Ativo Permanente	929	945
1.01.03.02.03	Conta Corrente com Cias do Grupo B.A.T.	37	236
1.01.04	Estoques	1.381.216	1.106.067
1.01.04.01	Produtos Acabados	724.609	694.205
1.01.04.02	Produtos em Elaboração	4.794	4.144
1.01.04.03	Matérias-Primas	535.690	335.374
1.01.04.04	Produtos de Revenda	83.039	52.694
1.01.04.05	Materiais Diversos	44.248	39.867
1.01.04.06	Provisão para Impairment	-11.164	-20.217
1.01.06	Tributos a Recuperar	53.735	53.614
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	53.735	53.614
1.01.07	Despesas Antecipadas	270.210	761.293
1.01.07.01	Impostos Antecipados (IPI, ICMS e Selos)	228.154	723.450
1.01.07.02	Antecipação de Despesas Operacionais	42.056	37.843
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	673.006	647.141
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.003	2.003
1.01.08.03	Outros	671.003	645.138
1.01.08.03.01	Bens Destinados a Venda e Outros	0	-350
1.01.08.03.02	Créditos com Funcionários	28.420	9.795
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Terceiros	26.697	31.756
1.01.08.03.04	Instrumento Financeiros Derivativos	11.949	0
1.01.08.03.05	Créditos com Outras Partes Relacionada	603.937	603.937
1.02	Ativo Não Circulante	1.747.540	1.823.987
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	482.811	532.151
1.02.01.03	Contas a Receber	1.876	1.319
1.02.01.03.01	Clientes	1.797	1.266
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	79	53
1.02.01.04	Estoques	17.646	17.684
1.02.01.06	Tributos Diferidos	211.851	272.664
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.669	172.047
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	100.182	100.617
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	9.881	11.066
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.019	6.134
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	6.019	6.134
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	235.538	223.284

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	235.538	223.284
1.02.02	Investimentos	288.360	301.857
1.02.02.01	Participações Societárias	288.360	301.857
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	11.552	10.501
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	276.808	291.356
1.02.03	Imobilizado	948.908	960.891
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	850.664	800.700
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	98.244	160.191
1.02.04	Intangível	27.461	29.088

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	5.777.256	6.386.762
2.01	Passivo Circulante	3.278.791	3.281.657
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	202.135	234.193
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	202.135	234.193
2.01.01.02.01	Salários e Encargos	202.135	234.193
2.01.02	Fornecedores	281.300	385.038
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	221.676	340.210
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais - Principais	147.164	129.914
2.01.02.01.02	Provisão para Diversas Dívidas-Operacionais	34.250	135.792
2.01.02.01.03	Outras Contas a Pagar - Nacionais	40.262	74.504
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	59.624	44.828
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros - Principais	48.621	44.428
2.01.02.02.02	Outras Contas a Pagar - Exterior	11.003	400
2.01.03	Obrigações Fiscais	929.548	1.818.077
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	581.202	1.363.549
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	158.223	193.176
2.01.03.01.02	IPÍ a Recolher	283.281	988.616
2.01.03.01.03	PIS e COFINS a Recolher	136.989	177.527
2.01.03.01.04	Outros Impostos Federais	2.709	4.230
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	347.795	453.513
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	347.795	453.513
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	551	1.015
2.01.03.03.01	Impostos sobre Serviços	551	1.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	941.503	718.966
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	941.503	718.966
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	72.532	16.738
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	868.971	702.228
2.01.05	Outras Obrigações	897.143	76.130
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.440	19.624
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.456	1.393
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.984	18.231
2.01.05.02	Outros	880.703	56.506
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	868.247	30.273
2.01.05.02.04	Adiantamento de Terceiros	1.309	1.559
2.01.05.02.05	Instrumento Financeiros Derivativos	0	12.267
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	11.147	12.407
2.01.06	Provisões	27.162	49.253
2.01.06.02	Outras Provisões	27.162	49.253
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	856	0
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas sobre Avais a Agricultores	3.287	3.287
2.01.06.02.05	Provisão para Pagamento de Comissões	17.122	16.986
2.01.06.02.06	Outras Provisões	5.897	28.980
2.02	Passivo Não Circulante	434.376	664.731
2.02.02	Outras Obrigações	36.460	259.394
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	222.951
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	222.951

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02	Outros	36.460	36.443
2.02.02.02.03	Contas a Pagar - Contratos	15.621	15.621
2.02.02.02.04	Provisões para Honorários Advocáticos	20.839	20.822
2.02.04	Provisões	140.931	135.312
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.931	135.312
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	103.196	100.328
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.599	31.919
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.136	3.065
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	256.985	270.025
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	256.985	270.025
2.02.06.03.01	Incentivos Fiscais - ICMS	256.985	270.025
2.03	Patrimônio Líquido	2.064.089	2.440.374
2.03.01	Capital Social Realizado	854.756	854.756
2.03.02	Reservas de Capital	1.909	1.909
2.03.02.07	Venda de Imóveis	1.909	1.909
2.03.04	Reservas de Lucros	433.044	1.252.293
2.03.04.01	Reserva Legal	170.951	170.951
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	243.415	178.745
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	819.249
2.03.04.10	Reserva para Manutenção de Capital Giro	18.678	83.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	430.378	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	344.002	331.416
2.03.06.02	Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	699	0
2.03.06.03	Varição Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-9.951	-9.951
2.03.06.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Varição Cambial sobre Empréstimos	549	7.202
2.03.06.05	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 9)	2.743	3.637
2.03.06.06	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 9)	434	571
2.03.06.07	Incentivos Fiscais e Outros	349.528	329.957

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.417.569	1.406.910
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-419.648	-414.662
3.03	Resultado Bruto	997.921	992.248
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-354.780	-337.776
3.04.01	Despesas com Vendas	-189.641	-186.240
3.04.01.01	Salários e Encargos Sociais	-60.127	-74.555
3.04.01.02	Benefícios	-9.272	-10.575
3.04.01.03	Serviços de Terceiros	-21.451	-19.022
3.04.01.04	manutenção	-15.602	-12.817
3.04.01.05	Pesquisas E Desenvolvimento	-91	-121
3.04.01.06	Fretes / Armazenagens	-9.328	-6.537
3.04.01.07	Propag./Public, Pesq. Desenv.	-44.534	-33.164
3.04.01.08	Comissões E Bonificações	-1.105	-2.576
3.04.01.09	Força e Esgoto/Comunicação	-4.387	-4.411
3.04.01.10	Viagens / Locomoções	-5.688	-5.138
3.04.01.11	Representações	-244	-244
3.04.01.12	Aluguéis/Leasing	-4.566	-4.493
3.04.01.13	Prêmios Seguros/Sinistros Não Indenizáveis	-1.988	-1.424
3.04.01.15	Contribuição a Fasc	-1.222	-1.074
3.04.01.16	Depreciação/Exaustão/Amortização	-4.045	-7.239
3.04.01.17	Outras Despesas Gerais	-5.991	-2.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-180.007	-177.556
3.04.02.01	Salários e Encargos Sociais	-25.972	-48.269
3.04.02.02	Benefícios	-8.189	-9.339
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-64.025	-53.387
3.04.02.04	Manutenção/Materiais	-8.578	-6.111
3.04.02.05	Pesquisas e Desenvolvimento	-823	-1.140
3.04.02.06	Fretes / Armazenagens	-3.201	-5.001
3.04.02.07	Propag./Public, Pesq. Desenv.	-12.336	-8.821
3.04.02.08	Comissões/Corretagens e Bonificações	-26	-37
3.04.02.09	Força e Esgoto/Comunicação	-11.511	-4.383
3.04.02.10	Viagens / Locomoções	-4.057	-4.004
3.04.02.11	Representações	-3.966	-4.504
3.04.02.12	Aluguéis/Leasing	-3.816	-3.275
3.04.02.13	Prêmios Seguros/Sinistros Não Indenizáveis	-3.396	-3.012
3.04.02.15	Contribuição a Fasc	-1.905	-1.748
3.04.02.16	Depreciação/Exaustão/Amortização	-9.752	-13.246
3.04.02.17	Outras Despesas Gerais	-18.454	-11.279
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25.398	28.430
3.04.04.01	Incentivos fiscais	13.040	17.420
3.04.04.02	Recuperação de custos de estocagem e carregamento de estoques	1.626	2.346
3.04.04.03	Recuperação de créditos de contas a receber	1.268	1.629
3.04.04.05	Resultado na venda de bens do imobilizado	1.765	2.370
3.04.04.06	Recuperação de tributos e seguros	57	441

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04.04.07	Doações Recebidas em Mercadorias	3	7
3.04.04.08	Vendas de Sucatas, Materiais e Lenha	115	96
3.04.04.10	Aualização Monetária Saldo Depósitos Judiciais	1.937	1.291
3.04.04.11	Outras Receitas Operacionais	5.587	2.830
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	338	156
3.04.05.01	Baixa de bens do ativo imobilizado	-53	-13
3.04.05.04	Outras Despesas Operacionais	391	169
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.868	-2.566
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	643.141	654.472
3.06	Resultado Financeiro	23.221	3.537
3.06.01	Receitas Financeiras	26.371	16.545
3.06.01.01	Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras	21.417	15.827
3.06.01.02	Juros e Variações Monetárias Sobre Contas a Receber	4.731	4.204
3.06.01.04	Variações Cambiais Sobre Contas a Receber no Exterior	-1.824	-5.630
3.06.01.05	Outras Variações Cambiais	1.421	1.566
3.06.01.06	Outras Receitas Financeiras	626	578
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.150	-13.008
3.06.02.01	Juros Sobre Empréstimos com Pessoas Ligadas	-9.689	-13.432
3.06.02.02	Juros Selic Sobre Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar	-20.198	-13.456
3.06.02.03	Juros Sobre Empréstimos em Moeda Nacional	-540	-596
3.06.02.04	Juros s/Adiantamentos Contrato Câmbio e Adiantamentos s/Cambiais Entregues (ACC/ACE)	-425	-656
3.06.02.06	Variações Cambiais sobre Empréstimos, ACC e ACE	9.435	4.490
3.06.02.07	Variações Cambiais Sobre Fornecedores e Outras Contas a Pagar	1.500	1.250
3.06.02.08	Variações Cambiais Sobre Financiamentos para Exportação	22.971	15.215
3.06.02.09	Outras Despesas Financeiras	-248	-316
3.06.02.10	Despesas Financeiras Importações/Exportações/Bancárias/IOF	-5.956	-5.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	666.362	658.009
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-211.055	-203.729
3.08.01	Corrente	-150.677	-178.094
3.08.02	Diferido	-60.378	-25.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	455.307	454.280
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	455.307	454.280
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29789	0,29722
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,29789	0,29722

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	455.307	454.280
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.587	-1.862
4.02.03	Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	699	0
4.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	-1.030	-333
4.02.07	Instrumentos derivativos (NDF-Non Deliverable Forward e Trava)	19.571	1.524
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos de variação cambial sobre empréstimos	-6.653	-3.053
4.03	Resultado Abrangente do Período	467.894	452.418

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-309.575	161.754
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	490.762	494.753
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	455.307	454.280
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	41.314	42.908
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	10.868	2.566
6.01.01.04	Provisão para impairment de contas a receber e avais a agricultores	-763	-5.409
6.01.01.05	Provisões para contingências	5.619	2.628
6.01.01.06	Provisão para recuperação dos ativos de vida longa ("impairment")	-35	-216
6.01.01.07	Demais provisões	-22.074	-4.430
6.01.01.08	Baixa de produtos avariados e obsoletos	5.892	2.304
6.01.01.09	Valor residual do ativo imobilizado baixado	92	55
6.01.01.10	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-5.458	67
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-800.337	-332.999
6.01.02.01	Contas a receber	12.982	-24.723
6.01.02.02	Estoques	-281.002	-210.283
6.01.02.03	Tributos antecipados e a recuperar	506.987	359.511
6.01.02.04	Outros ativos	-29.696	-2.935
6.01.02.05	Fornecedores	-6.524	7.208
6.01.02.06	Tributos a recolher sobre vendas	-862.969	-438.149
6.01.02.07	Outros Passivos	73.051	171.246
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social - pagos	-192.284	-188.579
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-20.882	-6.295
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.857	-5.838
6.02.01	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	1.866	2.437
6.02.02	Dividendo recebido de coligada	1.600	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-28.323	-8.275
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.752	-38.938
6.03.01	Empréstimos e financiamentos - líquido	25.925	-15.260
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	-22.173	-23.678
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-330.680	116.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.368.286	1.290.971
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.037.606	1.407.949

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	1.252.293	0	331.416	2.440.374
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	1.252.293	0	331.416	2.440.374
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-819.249	-24.929	0	-844.178
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.929	0	-24.929
5.04.09	Dividendos Deliberados (AGO/E)	0	0	-819.249	0	0	-819.249
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	455.307	12.586	467.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	455.307	0	455.307
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.586	12.586
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-894	-894
5.05.02.12	. Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	19.571	19.571
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	-6.653	-6.653
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	0	0	0	0	-137	-137
5.05.02.15	Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	0	0	0	0	699	699
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	433.044	430.378	344.002	2.064.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	1.168.322	0	340.610	2.365.597
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	1.168.322	0	340.610	2.365.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-800.499	-27.687	0	-828.186
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.726	0	-27.726
5.04.09	Dividendo aprovado na AGO/E 19/03/12	0	0	-800.499	0	0	-800.499
5.04.12	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	39	0	39
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	454.280	-1.862	452.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	454.280	0	454.280
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.862	-1.862
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-354	-354
5.05.02.12	. Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	1.524	1.524
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	-3.053	-3.053
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	0	0	0	0	21	21
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	367.823	426.593	338.748	1.989.829

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	3.894.499	3.646.983
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.889.354	3.639.738
7.01.02	Outras Receitas	4.382	5.048
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	763	2.197
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-598.311	-553.307
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.488	-46.403
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-551.197	-509.408
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.626	2.504
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.296.188	3.093.676
7.04	Retenções	-41.314	-42.908
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.314	-42.908
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.254.874	3.050.768
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.503	13.979
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.868	-2.566
7.06.02	Receitas Financeiras	26.371	16.545
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.270.377	3.064.747
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.270.377	3.064.747
7.08.01	Pessoal	119.965	154.229
7.08.01.01	Remuneração Direta	119.965	154.229
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.684.466	2.435.732
7.08.02.01	Federais	2.684.466	2.435.732
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.641	20.466
7.08.03.01	Juros	10.641	20.466
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	455.305	454.320
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.929	27.726
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	430.376	426.594

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	5.805.495	6.405.486
1.01	Ativo Circulante	4.334.623	4.887.385
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.292.281	1.391.669
1.01.03	Contas a Receber	632.954	646.922
1.01.03.01	Clientes	631.995	645.741
1.01.03.01.02	Clientes Terceiros	517.309	723.493
1.01.03.01.03	Clientes Cias do Grupo BAT	128.020	178.976
1.01.03.01.04	Clientes Agricultores	8.345	11.187
1.01.03.01.05	Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	-9.240	-254.571
1.01.03.01.06	Provisão para Impairment	-12.439	-13.344
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	959	1.181
1.01.03.02.02	Contas Receber p/Venda Ativo Permanente	922	945
1.01.03.02.03	Conta Corrente com Cias do Grupo B.A.T.	37	236
1.01.04	Estoques	1.390.071	1.115.231
1.01.04.01	Produtos Acabados	725.480	694.624
1.01.04.02	Produtos em Elaboração	4.925	4.275
1.01.04.03	Matérias Primas	539.964	340.226
1.01.04.04	Produtos de Revenda	83.224	52.938
1.01.04.05	Materiais Diversos	47.843	43.734
1.01.04.06	Provisão para Impairment	-11.365	-20.566
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.853	55.233
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.853	55.233
1.01.07	Despesas Antecipadas	278.318	762.415
1.01.07.01	Impostos Antecipados (IPI, ICMS e Selos)	228.154	723.450
1.01.07.02	Antecipação de Despesas Operacionais	50.164	38.965
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	686.146	915.915
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.003	2.003
1.01.08.03	Outros	684.143	913.912
1.01.08.03.01	Bens Destinados a Venda e Outros	0	-350
1.01.08.03.02	Créditos com Funcionários	28.438	9.806
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Terceiros	26.697	31.756
1.01.08.03.04	Instrumento Financeiros Derivativos	11.949	0
1.01.08.03.05	Créditos com Outras Partes Relacionadas	617.059	872.700
1.02	Ativo Não Circulante	1.470.872	1.518.101
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	481.109	513.498
1.02.01.03	Contas a Receber	3.160	2.536
1.02.01.03.01	Clientes	1.797	1.266
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.363	1.270
1.02.01.04	Estoques	17.852	17.690
1.02.01.06	Tributos Diferidos	194.696	237.557
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	94.514	136.940
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	100.182	100.617
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	10.048	11.066
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.745	21.308
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	19.745	21.308
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	235.608	223.341

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	38	38
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	235.570	223.303
1.02.03	Imobilizado	961.318	974.467
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	861.812	812.615
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	99.506	161.852
1.02.04	Intangível	28.445	30.136
1.02.04.01	Intangíveis	28.445	30.136

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	5.805.495	6.405.486
2.01	Passivo Circulante	3.297.374	3.290.951
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	202.360	234.481
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	202.360	234.481
2.01.01.02.01	Salários e Encargos	202.360	234.481
2.01.02	Fornecedores	286.256	390.345
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	222.442	341.710
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais - Principais	147.205	129.949
2.01.02.01.02	Provisão para Diversas Dívidas-Operacionais	34.250	135.792
2.01.02.01.03	Outras Contas a Pagar - Nacionais	40.987	75.969
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	63.814	48.635
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros - Principais	52.811	48.235
2.01.02.02.02	Outras Contas a Pagar - Exterior	11.003	400
2.01.03	Obrigações Fiscais	939.629	1.821.369
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	591.283	1.366.841
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	168.112	196.013
2.01.03.01.02	IPÍ a Recolher	283.281	988.616
2.01.03.01.03	PIS e COFINS a Recolher	137.008	177.690
2.01.03.01.04	Outros Impostos Federais	2.882	4.522
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	347.795	453.513
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	347.795	453.513
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	551	1.015
2.01.03.03.01	Impostos sobre Serviços	551	1.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	941.503	718.966
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	941.503	718.966
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	72.532	16.738
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	868.971	702.228
2.01.05	Outras Obrigações	900.464	76.537
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.440	19.624
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.456	1.393
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.984	18.231
2.01.05.02	Outros	884.024	56.913
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	871.452	30.273
2.01.05.02.04	Adiantamento de Terceiros	1.309	1.559
2.01.05.02.05	Instrumento Financeiros Derivativos	0	12.267
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	11.263	12.814
2.01.06	Provisões	27.162	49.253
2.01.06.02	Outras Provisões	27.162	49.253
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	856	0
2.01.06.02.04	Provisão para Perdas sobre Avais a Agricultores	3.287	3.287
2.01.06.02.05	Provisão para Pagamento de Comissões	17.122	16.986
2.01.06.02.06	Outras Provisões	5.897	28.980
2.02	Passivo Não Circulante	444.032	674.161
2.02.02	Outras Obrigações	46.107	268.815
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	222.951
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	222.951

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02	Outros	46.107	45.864
2.02.02.02.03	Contas a Pagar - Contratos	15.621	15.621
2.02.02.02.04	Provisões para Honorários Advocáticos	30.486	30.243
2.02.04	Provisões	140.940	135.321
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.940	135.321
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	103.205	100.337
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.599	31.919
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.136	3.065
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	256.985	270.025
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	256.985	270.025
2.02.06.03.01	Incentivos Fiscais - ICMS	256.985	270.025
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.064.089	2.440.374
2.03.01	Capital Social Realizado	854.756	854.756
2.03.02	Reservas de Capital	1.909	1.909
2.03.02.07	Venda de Imóveis	1.909	1.909
2.03.04	Reservas de Lucros	433.044	1.252.293
2.03.04.01	Reserva Legal	170.951	170.951
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	243.415	178.745
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	819.249
2.03.04.10	Reserva para Manutenção de Capital Giro	18.678	83.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	430.378	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	344.002	331.416
2.03.06.02	Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	699	0
2.03.06.03	Varição Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-9.951	-9.951
2.03.06.04	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Varição Cambial sobre Empréstimos	549	7.202
2.03.06.05	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 9)	2.743	3.637
2.03.06.06	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 9)	434	571
2.03.06.07	Incentivos Fiscais e Outros	349.528	329.957

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.431.789	1.419.188
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-424.320	-418.032
3.03	Resultado Bruto	1.007.469	1.001.156
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-345.964	-338.792
3.04.01	Despesas com Vendas	-190.776	-187.120
3.04.01.01	Salários e Encargos Sociais	-60.127	-74.555
3.04.01.02	Benefícios	-9.272	-10.575
3.04.01.03	Serviços de Terceiros	-21.451	-19.022
3.04.01.04	manutenção	-15.602	-12.817
3.04.01.05	Pesquisas E Desenvolvimento	-91	-121
3.04.01.06	Fretes / Armazenagens	-9.328	-6.537
3.04.01.07	Propag./Public, Pesq. Desenv.	-45.663	-34.044
3.04.01.08	Comissões E Bonificações	-1.105	-2.576
3.04.01.09	Força e Esgoto/Comunicação	-4.387	-4.411
3.04.01.10	Viagens / Locomoções	-5.688	-5.138
3.04.01.11	Representações	-244	-244
3.04.01.12	Aluguéis/Leasing	-4.566	-4.493
3.04.01.13	Prêmios Seguros/Sinistros Não Indenizáveis	-1.994	-1.424
3.04.01.15	Contribuição a Fasc	-1.222	-1.074
3.04.01.16	Depreciação/Exaustão/Amortização	-4.045	-7.239
3.04.01.17	Outras Despesas Gerais	-5.991	-2.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-180.974	-180.272
3.04.02.01	Salários e Encargos Sociais	-26.444	-48.812
3.04.02.02	Benefícios	-8.420	-9.526
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-62.534	-53.928
3.04.02.04	Manutenção/Materiais	-8.615	-6.144
3.04.02.05	Pesquisas e Desenvolvimento	-823	-1.140
3.04.02.06	Fretes / Armazenagens	-3.201	-5.001
3.04.02.07	Propag./Public, Pesq. Desenv.	-12.338	-8.822
3.04.02.08	Comissões/Corretagens e Bonificações	-27	-41
3.04.02.09	Força e Esgoto/Comunicação	-11.546	-4.508
3.04.02.10	Viagens / Locomoções	-4.107	-4.064
3.04.02.11	Representações	-3.970	-4.507
3.04.02.12	Aluguéis/Leasing	-3.904	-3.354
3.04.02.13	Prêmios Seguros/Sinistros Não Indenizáveis	-3.396	-3.012
3.04.02.14	Marcas e Patentes	0	-1
3.04.02.15	Contribuição a Fasc	-1.905	-1.748
3.04.02.16	Depreciação/Exaustão/Amortização	-9.762	-13.255
3.04.02.17	Outras Despesas Gerais	-19.982	-12.409
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25.447	28.455
3.04.04.01	Incentivos fiscais	13.040	17.420
3.04.04.02	Recuperação de custos de estocagem e carregamento de estoques	1.626	2.346
3.04.04.03	Recuperação de créditos de contas a receber	1.268	1.629
3.04.04.05	Resultado na venda de bens do imobilizado	1.765	2.370

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04.04.06	Recuperação de tributos e seguros	57	441
3.04.04.07	Doações Recebidas em Mercadorias	3	7
3.04.04.08	Vendas de Sucatas, Materiais e Lenha	115	96
3.04.04.09	Ajustes IFRS - Realização do Ativo Diferido / Amortização	0	8
3.04.04.10	Aualização Monetária Saldo Depósitos Judiciais	1.937	1.291
3.04.04.11	Outras Receitas Operacionais	5.636	2.847
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	339	145
3.04.05.01	Baixa de bens do ativo imobilizado	-54	-23
3.04.05.04	Outras Despesas Operacionais	393	168
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	661.505	662.364
3.06	Resultado Financeiro	-1.935	-6.254
3.06.01	Receitas Financeiras	2.297	6.950
3.06.01.01	Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras	21.997	15.910
3.06.01.02	Juros e Variações Monetárias Sobre Contas a Receber	9.405	9.682
3.06.01.03	Juros e Variações Monetárias Sobre Impostos a Recuperar	0	175
3.06.01.04	Variações Cambiais Sobre Contas a Receber no Exterior	-31.184	-20.748
3.06.01.07	Outras Variações Cambiais	1.417	1.224
3.06.01.08	Outras Receitas Financeiras	662	707
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.232	-13.204
3.06.02.01	Juros Sobre Empréstimos com Pessoas Ligadas	-9.689	-13.432
3.06.02.02	Juros Selic Sobre Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar	-20.198	-13.456
3.06.02.03	Juros Sobre Empréstimos em Moeda Nacional	-540	-596
3.06.02.04	Juros s/Adiantamentos Contrato Câmbio e Adiantamentos s/Cambiais Entregues (ACC/ACE)	-425	-656
3.06.02.05	Variações Cambiais Sobre Adiantamentos de Clientes no Exterior	0	-54
3.06.02.06	Variações Cambiais sobre Empréstimos, ACC e ACE	9.435	4.490
3.06.02.07	Variações Cambiais Sobre Fornecedores e Outras Contas a Pagar	1.500	1.250
3.06.02.08	Variações Cambiais Sobre Financiamentos para Exportação	22.971	15.215
3.06.02.09	Outras Despesas Financeiras	-416	-435
3.06.02.10	Despesas Financeiras Importações/Exportações/Bancárias/IOF	-6.870	-5.530
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	659.570	656.110
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-204.263	-201.823
3.08.01	Corrente	-161.837	-181.482
3.08.02	Diferido	-42.426	-20.341
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	455.307	454.287
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	455.307	454.287
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	455.307	454.287
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29789	0,29722
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,29789	0,29722

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	455.307	454.287
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.587	-1.862
4.02.03	Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	699	0
4.02.04	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	-1.030	-333
4.02.07	. Instrumentos derivativos (NDF-Non Deliverable Forward e Trava)	19.571	1.524
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos de variação cambial sobre empréstimos	-6.653	-3.053
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	467.894	452.425
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	467.894	452.425

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-76.673	168.331
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	504.821	501.998
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	455.307	454.287
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	41.322	42.918
6.01.01.04	Provisão para impairment de contas a receber e avais a agricultores	-763	-5.409
6.01.01.05	Provisões para contingências	5.619	2.628
6.01.01.06	Provisão para recuperação dos ativos de vida longa ("impairment")	-35	-216
6.01.01.07	Demais provisões	-21.848	-4.302
6.01.01.08	Baixa de produtos avariados e obsoletos	5.892	2.303
6.01.01.09	Valor residual do ativo imobilizado baixado	92	55
6.01.01.10	Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	19.235	9.734
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-581.494	-333.667
6.01.02.01	Contas a receber	14.659	-23.432
6.01.02.02	Estoques	-280.893	-210.483
6.01.02.03	Tributos antecipados e a recuperar	507.469	348.744
6.01.02.04	Outros ativos	-35.479	-2.846
6.01.02.05	Fornecedores	-6.876	10.573
6.01.02.06	Tributos a recolher sobre vendas	-863.113	-438.183
6.01.02.07	Outros Passivos	69.045	167.952
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social - pagos	-196.372	-179.697
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-20.882	-6.295
6.01.02.10	Créditos com partes relacionadas	230.948	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.467	-5.838
6.02.01	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	1.866	2.437
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-28.333	-8.275
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.752	-38.938
6.03.01	Empréstimos e financiamentos - líquido	25.925	-15.260
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	-22.173	-23.678
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-99.388	123.555
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.391.669	1.301.376
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.292.281	1.424.931

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	1.252.293	0	331.416	2.440.374	0	2.440.374
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	1.252.293	0	331.416	2.440.374	0	2.440.374
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-819.249	-24.929	0	-844.178	0	-844.178
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.929	0	-24.929	0	-24.929
5.04.09	Dividendos Deliberados (AGO/E)	0	0	-819.249	0	0	-819.249	0	-819.249
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	455.307	12.586	467.893	0	467.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	455.307	0	455.307	0	455.307
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.586	12.586	0	12.586
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-894	-894	0	-894
5.05.02.12	. Marcação a mercado das operações de NDF (Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	19.571	19.571	0	19.571
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	-6.653	-6.653	0	-6.653
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	0	0	0	0	-137	-137	0	-137
5.05.02.15	Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	0	0	0	0	699	699	0	699
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	433.044	430.378	344.002	2.064.089	0	2.064.089

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	854.756	1.909	1.168.322	0	340.476	2.365.463	0	2.365.463
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.756	1.909	1.168.322	0	340.476	2.365.463	0	2.365.463
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-800.499	-27.687	0	-828.186	0	-828.186
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.726	0	-27.726	0	-27.726
5.04.09	Dividendo aprovado na AGO/AGE 19/03/12	0	0	-800.499	0	0	-800.499	0	-800.499
5.04.12	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	39	0	39	0	39
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	454.287	-1.862	452.425	0	452.425
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	454.287	0	454.287	0	454.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.862	-1.862	0	-1.862
5.05.02.09	. Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-354	-354	0	-354
5.05.02.12	. Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	0	0	0	0	1.524	1.524	0	1.524
5.05.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	0	0	0	0	-3.053	-3.053	0	-3.053
5.05.02.14	Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	0	0	0	0	21	21	0	21
5.07	Saldos Finais	854.756	1.909	367.823	426.600	338.614	1.989.702	0	1.989.702

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	3.909.183	3.659.518
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.903.989	3.652.265
7.01.02	Outras Receitas	4.431	5.056
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	763	2.197
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-604.290	-560.023
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43.545	-47.737
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-556.113	-514.790
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.632	2.504
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.304.893	3.099.495
7.04	Retenções	-41.322	-42.911
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.322	-42.911
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.263.571	3.056.584
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.297	6.950
7.06.02	Receitas Financeiras	2.297	6.950
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.265.868	3.063.534
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.265.868	3.063.534
7.08.01	Pessoal	120.532	154.256
7.08.01.01	Remuneração Direta	120.532	154.256
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.678.206	2.434.186
7.08.02.01	Federais	2.678.206	2.434.186
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.825	20.765
7.08.03.01	Juros	11.825	20.765
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	455.305	454.327
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.929	27.726
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	430.376	426.601

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Período de 3 meses findo em 31 de março de 2014****Senhores Acionistas,**

Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório da Administração da Souza Cruz S.A. referente ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2014.

Encontram-se abaixo os principais indicadores financeiros consolidados da Companhia:

R\$ Milhões	Jan-Mar 2013	Jan-Mar 2014	Var.
Receita Líquida	1.419,2	1.431,8	0,9%
Cigarros	1.113,2	1.148,3	3,2%
Tabaco Exportação	241,7	223,2	-7,7%
Lucro Operacional	662,3	661,4	-0,1%
Cigarros	604,3	627,2	3,8%
Tabaco Exportação	35,3	16,1	-54,4%
Lucro Líquido	454,3	455,3	0,2%
EBITDA	705,2	702,7	-0,4%
Margem EBITDA (%)	49,7%	49,1%	-0,6 p.p.

A receita líquida consolidada até março de 2014 foi de R\$ 1,4 bilhão, 0,9% superior quando comparada com o mesmo período de 2013. O negócio de cigarros apresentou um crescimento de 3,2% no período, sendo a redução do volume integralmente compensada com maiores preços líquidos, principalmente em função do aumento de preços para repassar o aumento de IPI em janeiro de 2014.

Em relação à linha de tabaco exportação, observa-se uma queda de 7,7% na receita líquida neste trimestre, principalmente em função do menor volume de exportação para a BAT e para clientes terceiros.

O lucro operacional no terceiro trimestre de 2014 foi de R\$ 661,4 milhões, estável quando comparado com igual período de 2013. O negócio de cigarros, apresentou um crescimento de 3,8% influenciado principalmente por maiores preços líquidos.

Comentário do Desempenho

Em relação à linha de tabaco exportação, observa-se uma queda de 54,4% no lucro operacional neste trimestre, em função da redução da receita líquida e um maior nível de despesas operacionais principalmente por conta de maiores gastos em função do aumento na área plantada de tabaco e dos gastos não recorrentes com o fechamento da operação de produção e processamento de tabaco oriental na região nordeste do Brasil. A decisão de descontinuar esta operação está relacionada principalmente a fatores técnicos que reduzem a possibilidade de produzir tabaco de alta qualidade nesta região.

O lucro líquido consolidado da Companhia no período foi de R\$ 455,3 milhões, estável quando comparado com o mesmo período de 2013.

O EBITDA (lucro antes dos resultados financeiros, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) foi de R\$ 702,7 milhões, uma redução de 0,4% quando comparado com o mesmo período de 2013 (R\$ 705,2 milhões).

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS:

CIGARROS:

Até março de 2014, segundo a leitura do Instituto Nielsen, a Souza Cruz apresentou um crescimento de participação de 0,7 p.p. no mercado legal comparado ao ano de 2013. Esta performance reforça o contínuo desempenho positivo das marcas do portfólio da Souza Cruz no médio prazo, o que é observado pela expansão de participação no mercado legal de 4,0 p.p. desde 2011.

O volume de vendas da Companhia totalizou 13,8 bilhões de unidades no acumulado do ano, 2,3% menor que o mesmo período de 2013. Destaca-se que esta variação observada no primeiro trimestre de 2014 mostra uma desaceleração frente as contrações de volume observadas entre 2013 vs. 2012 (-9,8%) e entre o quarto trimestre de 2013 comparado com o mesmo período de 2012 (-7,3%).

Com referência às marcas “Premium” da Souza Cruz, Dunhill apresentou crescimento de 0,9 p.p. comparado com 2013, atingindo uma participação de mercado histórica de 10,9%. Free e Lucky Strike mantiveram-se estáveis quando comparados com 2013, atingindo uma participação de mercado de 14,2% e 1,2%, respectivamente.

Comentário do Desempenho

A marca Hollywood apresentou uma queda de 0,4 p.p. comparado com 2013, atingindo uma participação de mercado de 12,7%. Os segmentos Low Price (Derby) e Ultra Low Price (Minister) mostraram, em conjunto, estabilidade de participação de mercado.

TABACO:

Em 2013, o Grupo BAT, principal cliente de compra de fumo da Companhia, em função de sua demanda, acelerou o volume de embarque, fazendo com que o mesmo ficasse acima do volume de venda da safra 2013. Assim, a programação do cliente para os embarques em 2014 aponta, neste momento, para a possibilidade do volume ser menor do que foi embarcado em 2013. Embora o volume estimado de embarques em 2014 possa ser inferior a 2013, cumpre reforçar que o volume de venda da safra 2014 está 100% garantido, por contrato, em patamar superior ao praticado em 2013.

Por conta deste contexto de negócio o volume de exportação de tabaco no primeiro trimestre de 2014 totalizou 20,3 mil toneladas, 16,5% inferior em relação ao mesmo período de 2013, refletindo, principalmente, o ajuste na programação de embarque do cliente BAT.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de março de 2014, foi aprovado o pagamento dos dividendos complementares no valor de R\$ 843,6 milhões (R\$ 0,551924 por ação), os quais foram pagos em 22 de abril de 2014.

Em reunião realizada em 21 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor R\$ 24,9 milhões (R\$ 0,016310 por ação), a serem pagos no dia 21 de maio de 2014, atualizados pela variação da taxa SELIC calculada entre 1 de abril e 20 de maio de 2014.

RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ MILHÕES):

Comentário do Desempenho

R\$ Milhões	Jan-Mar 2013	Jan-Mar 2014	Var.
Receita Líquida das Vendas	1.419,2	1.431,8	0,9%
Custo dos Produtos Vendidos	418,0	424,3	1,5%
Lucro Bruto	1.001,2	1.007,5	0,6%
Despesas Operacionais	341,2	347,8	1,9%
Resultado Não Operacional	2,3	1,7	-26,1%
Lucro Operacional	662,3	661,4	-0,1%
Resultado Financeiro	-6,2	-1,8	-71,0%
Lucro antes do IR e Contribuição Social	656,1	659,6	0,5%
IR e Contrib. Social	201,8	204,3	1,2%
Lucro Líquido	454,3	455,3	0,2%

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Souza Cruz S.A. (Companhia, Controladora ou Souza Cruz), fundada em 25 de abril de 1903, conta com cerca de 7 mil colaboradores diretos e 3 mil sazonais na época das safras do fumo. É um dos maiores grupos empresariais do Brasil e líder absoluta no mercado de cigarros com destaque na produção e exportação de fumo. Desde 1914, a Companhia é controlada pela BAT – British American Tobacco p.l.c., com sede no Reino Unido, segundo maior grupo do mundo no setor de cigarros, que detém 75,3% de seu capital acionário.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a estrutura societária do Grupo Souza Cruz (“Grupo”) compreende a Souza Cruz S.A. (Controladora) e a seguinte subsidiária:

	% de participação no capital	
	31.03.14	31.12.13
Yolanda Participações S.A.	100%	100%

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A Companhia tem sua sede localizada na Rua Candelária, 66, Centro, Rio de Janeiro e duas fábricas de cigarros, uma em Uberlândia (MG) e outra em Cachoeirinha (RS), que operam de acordo com a mais avançada tecnologia de processo e preservação ambiental.

A Companhia, além de possuir uma fábrica de cigarros em Cachoeirinha, também possui o seu centro de processamento de dados (data center), a central telefônica de atendimento (call center), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) e o Departamento Gráfico (DG). Essa integração da fábrica com o CPD e o DG assegura maior eficiência operacional, integração logística da cadeia de produção e aumento de produtividade para a Companhia. O parque gráfico, um dos maiores do país que, além de atender toda demanda interna da Souza Cruz, poderá fornecer material gráfico para outras cigareiras do Grupo BAT na América Latina.

A Companhia conta, ainda, com usinas de processamento de fumo nas principais regiões produtoras de tabaco, em Santa Cruz do Sul (RS), Blumenau (SC) e Rio Negro (PR). Estas unidades abrigam toda a estrutura de assistência técnica aos produtores de fumo que conta com uma equipe especializada de orientadores agrícolas. Na produção de tabaco, a Companhia conta com aproximadamente 30 mil produtores integrados que atuam em parceria, com a reconhecida assistência técnica da Companhia.

A Souza Cruz possui atuação em toda a cadeia produtiva, desde a produção de sementes, apoio técnico a produção agrícola de sua matéria-prima - o tabaco - seu processamento, e a fabricação e distribuição dos cigarros. A estrutura de distribuição de cigarros conta com seis modernas Centrais Integradas de Distribuição (CID), localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Contagem, Curitiba, Porto Alegre e Recife, além de 28 Centros de Distribuição e mais de 80 Postos de Abastecimento, que são locais próprios ou terceirizados estrategicamente localizados.

Dessa forma, com uma operação estruturada em nível nacional, a Souza Cruz transaciona um fluxo diário de mais de 280 milhões de cigarros com processamento médio de 50 mil notas fiscais por dia. Isso faz da sua operação de vendas e logística uma das mais importantes e respeitadas da América Latina, por atender diretamente mais de 300 mil pontos de venda.

Outra operação importante é a presença internacional na Brascuba Cigarrillos, S.A. -“Brascuba”, uma operação em conjunto (joint-operation) entre a Companhia (por intermédio de sua controlada Yolanda Participações S.A.) e o governo de Cuba, estabelecida em 1996, para a produção de cigarros.

Notas Explicativas

A Souza Cruz possui em parceria com a Ambev outra operação em conjunto (joint-operation), a Agrega Inteligência em Compras Ltda. - “Agrega”, uma empresa de inteligência para operações de compras que visa por meio de aumento de escala, gerar economias na aquisição de materiais e serviços não específicos.

2 Apresentação e base de preparação das informações financeiras

As informações financeiras da controladora e consolidadas, contidas nas Informações Trimestrais – ITR, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de abril de 2014.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro, mensurados pelo valor justo.

As políticas contábeis adotadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas foram consistentes com as aplicadas no exercício anterior.

2.1 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “ Demonstração Intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.2 Informações trimestrais individuais (Controladora)

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “ Demonstração Intermediária”. A Companhia optou por apresentar as informações trimestrais individuais e consolidadas, em conjunto.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, para o caso da Souza Cruz, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e de operações em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas informações trimestrais da Companhia foram avaliados e aplicados, conforme mencionado na Nota 5.

3 Sumário das principais práticas contábeis e estimativas contábeis críticas

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Princípios de consolidação

Notas Explicativas

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e de suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controlada e controladas em conjunto;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços patrimoniais foram consolidados;
- Dos efeitos decorrentes de transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo (Souza Cruz S.A. e sociedades controlada e controladas em conjunto). Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(b) Operações em conjunto (joint operations)

São aquelas entidades cujas atividades são controladas em conjunto pela Companhia e por um ou mais sócios, mediante acordos contratuais ou estatutários. Em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Souza Cruz S.A. e sua controlada Yolanda Participações S.A. possuem, respectivamente, duas operações em conjunto: Agrega Inteligência em Compras Ltda. e Brascuba Cigarrillos, S.A..

3.2 Base de conversão de moeda

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. Essas informações trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge qualificadas, enquadradas no conceito de “hedge accounting”.

(c) Controlada em conjunto

A operação em conjunto com a Brascuba Cigarrillos, S.A. possui moeda funcional diferente da controladora – moeda corrente “CUC” e moeda funcional “US dólar”.

Notas Explicativas

No caso de variação cambial de investimentos em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do período quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

O investimento nesse contexto inclui empréstimos entre companhias do grupo onde a liquidação não é planejada e nem é provável no futuro previsível. Os mesmos procedimentos de conversão de moeda estrangeira são aplicados quando da utilização do método de equivalência patrimonial para investidas com moeda funcional diferente do Real, nas informações trimestrais individuais.

3.3 Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações concedidas.

(a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram transferidos ao comprador.

As vendas de cigarro são reconhecidas no momento da entrega e aceite da mercadoria pelo cliente. O reconhecimento da receita de exportações de fumo ocorre em função dos termos negociados para embarque internacional, cuja modalidade usual é "free on board" com o reconhecimento da receita no momento que a mercadoria transpassa o costado do navio.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base "pro rata" dia com base no método da taxa de juros efetiva.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia somente designou ativos financeiros não derivativos na modalidade de “Empréstimos e recebíveis” (Nota 7.1).

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa e estão relacionados na Nota 7.2.

Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

3.4.2 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia tempestivamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; ou (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros dos respectivos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, novamente mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. Além disso, também é documentada a avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das variações originadas pelos itens a serem protegidos.

- **Hedge de fluxo de caixa**

Os ganhos e perdas dessas operações são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e contemplam as variações cambiais geradas pelo instrumento de proteção. Esses ganhos e perdas são reclassificados para a demonstração do resultado (na linha de “Receita bruta de vendas”) no mesmo momento em que o fluxo de caixa protegido afeta o resultado, ou seja, quando ocorre a exportação prevista que é protegida pelo *hedge*. No entanto, se a Companhia espera que a parcela ou a totalidade da perda, reconhecida originalmente em resultados abrangentes, não seja recuperada, todo esse montante é imediatamente reclassificado para o resultado.

Além disso, a Companhia avalia trimestralmente a efetividade retrospectiva e prospectiva dessa operação e, como consequência, reconhece os respectivos efeitos contábeis em conformidade com o IAS 39 e CPC 38.

A parcela não efetiva do relacionamento de *hedge* entre o item protegido e seu instrumento de proteção é contabilizada diretamente no resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve, é vendido, ou liquidado antes de ocorrer a exportação objeto de *hedge*, ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio líquido naquele momento permanece inalterado até o momento em que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reclassificado para a demonstração do resultado. Quando não mais se espera que a transação anteriormente prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido reconhecida no patrimônio líquido é imediatamente transferida para a demonstração do resultado.

A estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, no âmbito dos conceito do “*hedge* de fluxo de caixa”, encontra-se detalhada nas Notas 7.3 e 7.4.

3.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas com créditos, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.7 Estoques

Notas Explicativas

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

3.8 Outros ativos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

3.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados, considerando um turno de 08 horas através das seguintes taxas:

	Taxas anuais de depreciação - %	Vida útil (em anos)
Edifícios	4	25
Máquinas e Equipamentos (a)	10 - 20	10 - 5
Instalações	10	10
Móveis e Utensílios	10	10
Veículos	20	5
Equipamento de Processamento de Dados	20	5

(a) As taxas de depreciação podem ser aceleradas visto a necessidade de operar em tempo superior a um turno de oito horas diárias, principalmente na época de processamento da safra de fumo e aumento na demanda de produção de cigarros, podendo com isso chegar até 20% em determinadas máquinas. Para estas situações são aplicados os coeficientes 1,0 - um turno, coeficiente 1,5 - dois turnos e coeficiente 2,0 - três turnos.

- Perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável - veja Nota 4.1. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.
- Custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.
- Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
- Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.
- Ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

Notas Explicativas

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.11 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

O teste de recuperabilidade dos ativos é baseado nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada desses ativos. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios). Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

3.14 Provisões para contingências

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

3.15 Outros passivos circulante e não circulante

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem a parcela corrente e diferida desses tributos. Os impostos sobre a renda que encontram-se dentro do escopo do CPC 32 e do IAS 12, são o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias de cada país, nas datas dos balanços em que as controladas e as entidades com operações em conjunto da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.18 Incentivos fiscais

As subvenções fiscais para investimento, destinadas à aquisição de ativo imobilizado, vêm sendo diferidas e reconhecidas na demonstração do resultado do período com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do período.

3.19 Informações sobre segmentos

A apresentação dos segmentos operacionais da Companhia considerou (i) a classificação utilizada pelo "tomador de decisões operacionais" – a diretoria da Companhia - quando das análises de resultado; (ii) a existência de informações financeiras para o segmento; (iii) o agrupamento de segmentos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles; e (iv) a materialidade e relevância das informações por segmento.

Notas Explicativas

Informações sobre segmentos são apresentadas em consonância com a estrutura dos segmentos de negócio e dos relatórios internos analisados pela Administração da Companhia.

3.20 Benefícios a empregados

- **Benefícios de rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

- **Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

- **Remuneração com base em ações**

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração fixa e variável os quais possuem uma parcela referenciada ao preço das ações do acionista controlador, não havendo, no entanto, entrega/emissão de ações para liquidação. No primeiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu como despesa o montante de R\$ 3.096 (primeiro trimestre de 2013 - R\$ 2.285), tendo como contrapartida uma provisão a pagar ao empregado. Na data do balanço, a Companhia revisa essas estimativas de benefício que são integralmente liquidadas em dinheiro.

3.21 Plano de pensão para benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de pensão para seus funcionários. Os custos de patrocínio dos planos e eventuais déficits (superávits) são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis (CPC 33), aplicados nas informações trimestrais consolidadas e individuais.

(a) Plano de benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos de imposto de renda aplicáveis.

Para o plano que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas, de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada - Projected Unit Credit Method - PUC, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial, quando aplicável, com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos (positivo, quando novos benefícios são introduzidos/melhorados ou negativo, quando os benefícios existentes são reduzidos) são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

Notas Explicativas

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo e esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

A Companhia reconhece, de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência (efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o efetivamente ocorrido) e nas mutações das premissas atuariais.

(b) Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 23).

3.22 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Estimativas contábeis críticas

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a Administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas informações trimestrais:

4.1 Provisão para perdas com créditos (impairment)

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

4.2 Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

4.3 Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

Notas Explicativas

O valor atual do plano de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4.4 Provisões para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

4.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro decorrente das exportações de fumo (Nota 7.3), é calculado utilizando-se uma taxa de desconto equivalente à taxa do CDI, ou seja, aproximadamente 9.5% a.a.

5 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas com vigência a partir de 2013:

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma passou a ser aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e o principal impacto foi a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, o que não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 e não foi adotada de maneira antecipada pela Companhia.

IFRS 13 "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRSs, essa alteração foi incluída no texto do CPC 46 – "Mensuração do valor justo". As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos.

6 Gestão de risco financeiro

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de mercado, crédito e liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

6.1 Riscos de mercado

Notas Explicativas

(a) Risco de taxa de juros

O objetivo da política de gerenciamento do risco de taxa de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que impactem seus resultados financeiros.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas tanto na gestão de sua carteira de investimentos quanto na captação de recursos.

A Administração entende que em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a exposição à taxa de juros não é relevante. OS principais ativos financeiros da Companhia são vinculados a taxas de mercado (CDI) e os passivos financeiros estão vinculados a taxas pré-fixadas (Nota 7).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

(b) Risco de taxa de câmbio

Parcela significativa das operações da Companhia é realizada no mercado internacional, sobretudo o negócio de exportações de fumo. A Companhia possui contrato de exportação de fumo com a empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato, que entrou em vigor em 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumicultores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando-se em consideração a cobertura dos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio. Esse contrato foi firmado de forma a garantir maior previsibilidade do fluxo de embarques, o qual sempre ocorrerá no prazo de 12 meses subsequentes à sua data de início de vigência. Em 28 de junho de 2013, um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com o GLP e, a exemplo dos anos anteriores, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis vinculados a esses embarques por meio de uma estratégia de hedge composta de adiantamentos de contratos de câmbio (Notas 7.3(a) e 17) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) – operações de NDF (Non Deliverable Forward), cujas principais características estão descritas na Nota 7.3(b).

A parcela de risco cambial coberta por esses instrumentos corresponde a aproximadamente 83% do fluxo de exportações (2013 – 77%). A definição dessa parcela levou em consideração, dentre outras variáveis, a previsibilidade do fluxo de embarques que ocorrerá nos próximos 12 meses – variável esta fundamental para garantir a efetividade da estratégia de hedge.

As normas contábeis requerem que seja apresentada uma análise sensível que demonstre os impactos decorrentes de variações hipotéticas nas taxas de câmbios sobre itens de ativos e passivos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um cenário possível de depreciação do dólar em 25% e um cenário remoto de depreciação do dólar em 50% sobre os principais itens em aberto na data das informações trimestrais consolidadas (Nota 7.6). O caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE), fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos representam em 31 de março de 2014 um passivo líquido de US\$ 40,7 milhões (US\$ 34,6 milhões em dezembro de 2013).

6.2 Risco de crédito

• Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações trimestrais foi:

Notas Explicativas

	31.03.14		31.12.13	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	1.292.281	1.037.606	1.391.669	1.368.286
. Contas a receber (Nota 9)	636.114	615.819	649.458	627.693
. Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.3b)	11.949	11.949	(12.267)	(12.267)
. Outros ativos não derivativos	88.870	75.088	64.561	49.338
	2.029.214	1.740.462	2.093.421	2.033.050

Caixa e equivalentes de caixa

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de classificação de riscos (*rating* mínimo Baa3 de acordo com a empresa Moody's), além de manter limites financeiros de operações individualizados por instituição financeira.

Contas a Receber

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A composição por idade dos recebíveis na data das demonstrações financeiras assim como a movimentação das perdas do valor recuperável estão divulgadas na Nota 9 (b) e 9 (c), respectivamente.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e agricultores (Nota 9), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o *rating* de crédito é revisto regularmente.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de NDF (Non Deliverable Forward) contratadas com instituições financeiras de primeira linha com *rating* mínimo Baa2 (Nota 7.3(b)).

6.3 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata.

Os passivos financeiros da Companhia estão apresentados no quadro abaixo:

	31.03.14		31.12.13	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
. Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 17)	(670.164)	(670.164)	(843.456)	(843.456)
. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)	(72.532)	(72.532)	(16.738)	(16.738)
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)	(198.807)	(198.807)	(81.724)	(81.724)
. Fornecedores e outras contas a pagar	(391.970)	(377.078)	(524.996)	(509.569)
	(1.333.473)	(1.318.581)	(1.466.914)	(1.451.487)

Os vencimentos contratuais dos saldos mantidos com fornecedores são de até 3 meses e o cronograma de vencimento dos demais passivos financeiros está apresentado na Nota 17.

6.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas exportações de fumo, e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo. A distribuição de dividendos é também parte

Notas Explicativas

relevante da estratégia de gestão de capital, tendo a Companhia, nos últimos anos, destinado seus excedentes de caixa aos seus acionistas.

A dívida do grupo para relação ajustada do capital ao final do período está apresentada a seguir:

	31.03.14	31.12.13
Total do Passivo	3.741.406	3.965.112
menos: caixa e equivalente de caixa	1.292.281	1.391.669
Dívida Líquida	2.449.125	2.573.443
Total do patrimônio líquido	2.064.089	2.440.374
menos: valores acumulados no patrimônio relativo a hedge de fluxo de caixa	(1.614)	(21.183)
Patrimônio líquido ajustado	2.065.703	2.461.557
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de Dezembro	1,19	1,05

7 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. No entanto, o uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas, não trarão efeitos materiais de realização dessas estimativas.

7.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados encontram-se descritos a seguir:

(a) Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos com operações em conjunto e outros ativos circulantes, cuja mensuração é dada pelo custo amortizado. O valor contábil para estes instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo em função dos vencimentos serem de curto prazo.

(b) Registrados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando designados como instrumentos de *hedge*.

(c) Outros passivos financeiros

Notas Explicativas

São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos. Os empréstimos estão sujeitos a juros com taxas pré-fixadas e à variação cambial, conforme descrito na Nota 17.

7.2 Estimativa com base no valor justo

Pressupõe-se que a estimativa de saldos de contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, para instrumentos financeiros similares. A Companhia utilizou os preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos sobre a avaliação dos valores justos usados.

O Grupo aplica o IFRS 13/CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os quadros a seguir apresentam os valores contábeis e justos dos referidos ativos e passivos e o nível da hierarquia do valor justo:

• Consolidado

	Nível de classificação	31.03.14		31.12.13	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:	2				
. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.292.281	1.292.281	1.391.669	1.391.669
. Contas a receber (Nota 9)		636.114	636.114	649.458	649.458
. Créditos com Partes Relacionadas (Nota 7.4)		617.059	617.059	872.700	872.700
. Outros ativos		88.870	88.870	64.561	64.561
		2.634.324	2.634.324	2.978.388	2.978.388
Passivos financeiros não derivativos:	2				
. Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 17)		(670.164)	(670.164)	(843.456)	(843.456)
. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(72.532)	(72.532)	(16.738)	(16.738)
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(198.807)	(198.807)	(81.724)	(81.724)
. Fornecedores e outras contas a pagar		(391.970)	(391.970)	(524.996)	(524.996)
		(1.333.473)	(1.333.473)	(1.466.914)	(1.466.914)
Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:	2				
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		-	-	-	-
. Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.3)		11.949	11.949	(12.267)	(12.267)
		11.949	11.949	(12.267)	(12.267)

• Controladora

	Nível de classificação	31.03.14		31.12.13	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:	2				
. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.037.606	1.037.606	1.368.286	1.368.286
. Contas a receber (Nota 9)		615.819	615.819	627.693	627.693
. Outros ativos		75.088	75.088	49.338	49.338
		1.728.513	1.728.513	2.045.317	2.045.317
Passivos financeiros não derivativos:	2				
. Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 17)		(670.164)	(670.164)	(843.456)	(843.456)
. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(72.532)	(72.532)	(16.738)	(16.738)
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		(198.807)	(198.807)	(81.724)	(81.724)
. Fornecedores e outras contas a pagar		(377.078)	(377.078)	(509.569)	(509.569)
		(1.318.581)	(1.318.581)	(1.451.487)	(1.451.487)
Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:	2				
. Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) (Nota 17)		-	-	-	-
. Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.3)		11.949	11.949	(12.267)	(12.267)
		11.949	11.949	(12.267)	(12.267)

Notas Explicativas

7.3 Instrumentos financeiros não derivativos e derivativos - Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) e *Non Deliverable Forward* (NDF)

(a) Contabilidade de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

A exemplo da estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, elaborada pela Administração desde 2011 à luz do conceito do “*hedge* de fluxo de caixa”, em 28 de junho de 2013 um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com a empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited até janeiro de 2015. Adicionalmente, em 2013 a Companhia também firmou contrato de exportação de fumo com a empresa China Tobacco International INC.. Dessa forma, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis por meio de uma estratégia de *hedge* de fluxo de caixa composta de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) – operações *Non Deliverable Forward* – NDF.

i. Não derivativos

Nesse contexto, as variações cambiais dos instrumentos financeiros não derivativos representados por contratos de ACC (instrumentos de proteção) foram inicialmente contabilizadas no patrimônio líquido na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” e, reclassificadas ao resultado do exercício no momento em que os recebíveis de exportações de fumo (item protegido) impactam o resultado, ou seja, no momento em que ocorrem os embarques. Em 31 de Março de 2014, todos os contratos de ACC vinculados à estratégia de proteção de embarques de fumo (*hedge accounting*) já haviam sido liquidados, não existindo portanto saldo nesta data (2013 – R\$ 24.037) conforme quadro abaixo:

Instrumento	Instituição Financeira	Rating bancos	Data Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante	
						USD	BRL
ACC	JPMorgan	A3	28/06/13	22/01/14	2,2010	10.000	23.420
	Juros						617
Saldo em 31.12.2013						10.000	24.037

ii. Derivativos

Conforme mencionado acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos através de operações de NDF para mitigar a volatilidade cambial de parcela do fluxo de recebíveis de exportações de fumo do fluxo de embarques da safra 2013. As principais características desses instrumentos, podem ser resumidas como segue:

Notas Explicativas

Derivativo	Instituição Financeira	Rating bancos	Data Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante		Valor justo	Variação para o valor justo
						USD	R\$		
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	26/09/13	02/01/14	2,2824	9.000	20.542	21.168	(626)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/02/14	2,3253	27.000	62.783	64.098	(1.315)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/03/14	2,3377	27.000	63.118	64.475	(1.357)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/04/14	2,3537	26.000	61.196	62.496	(1.300)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/05/14	2,3691	24.000	56.858	58.077	(1.219)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/06/14	2,3836	18.000	42.905	43.832	(927)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	29/07/14	2,4018	19.000	45.634	46.608	(974)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	27/08/14	2,4176	18.000	43.517	44.450	(933)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/09/14	2,4363	15.000	36.545	37.300	(755)
NDF	HSBC	Baa2	28/06/13	28/10/14	2,4506	15.000	36.759	37.571	(812)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/11/14	2,4666	13.000	32.066	32.796	(730)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	19/12/14	2,4856	11.000	27.342	27.894	(552)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/01/15	2,5046	14.000	35.064	35.823	(759)
Saldo em 31.12.2013						236.000	564.329	576.588	(12.259)
NDF	Itaú	Baa2	25/03/14	28/04/14	2,3306	4.300	10.022	9.835	187
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	28/04/14	2,3537	26.000	61.196	59.468	1.729
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	28/05/14	2,3691	24.000	56.858	55.327	1.532
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	26/06/14	2,3836	18.000	42.905	41.821	1.083
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	29/07/14	2,4018	19.000	45.634	44.548	1.086
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	27/08/14	2,4176	18.000	43.517	42.540	977
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	26/09/14	2,4363	15.000	36.545	35.743	802
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	28/10/14	2,4506	15.000	36.759	36.043	716
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	26/11/14	2,4660	13.000	32.058	31.471	587
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	19/12/14	2,4856	11.000	27.342	26.793	549
NDF	Itaú	Baa2	30/06/13	28/01/15	2,5046	14.000	35.064	34.469	595
Saldo em 31.03.2014						177.300	427.899	418.057	9.842

A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixa associados com o *hedge* de fluxo de caixa deverão ocorrer e o valor justo relacionado ao instrumento de *hedge*:

Instrumento de Hedge	2014				2013				
	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses	1-2 anos
Non deliverable forward -NDF	418.057	401.230	122.881	278.349	576.589	552.854	84.334	435.724	32.796

A Companhia reconhece no resultado os efeitos dos instrumentos de *hedge* registrados no patrimônio líquido no momento do embarque do fumo (objeto do *hedge*) que ocorre geralmente um mês antes do recebimento das vendas e coincide com o vencimento dos instrumentos de *hedge*.

A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixa associados com o *hedge* de fluxo de caixa deverão impactar o resultado e o valor justo relacionado ao instrumento de *hedge*:

Instrumento de Hedge	2014				2013				
	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses	1-2 anos
Non deliverable forward -NDF	408.222	391.499	113.150	278.349	555.421	531.770	63.250	468.520	

A parcela do *hedge* de fluxo de caixa que afetou o resultado da Companhia em 31 de março de 2014 e de 2013 está divulgada na Nota 7.4.

Em 31 de março de 2014 e de 2013, essa estratégia de *hedge* se mostrou efetiva, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente.

(b) Outras Operações

Notas Explicativas

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para se proteger de oscilações cambiais oriundas de atividades operacionais e financeiras utilizando para tal Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) – operações de NDF (Non Deliverable Forward), cujas variações foram contabilizadas no resultado financeiro.

i. Não derivativos

Em 31 de Março de 2014 o saldo de ACCs vinculados à estratégia de proteção dessas operações é de R\$198.807 (Dezembro de 2013 – R\$57.688), conforme quadro abaixo:

Instrumento	Instituição Financeira	Rating bancos	Data Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante	
						USD	BRL
ACC	Santander	Baa1	20/12/13	18/05/14	2,3465	1.000	2.342
ACC	Santander	Baa1	04/12/13	03/06/14	2,3540	2.000	4.684
ACC	Santander	Baa1	05/12/13	03/06/14	2,3735	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	22/10/13	16/01/14	2,1616	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	25/10/13	21/01/14	2,1852	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	25/10/13	21/01/14	2,1848	2.000	4.684
ACC	Bradesco	Baa2	25/10/13	21/01/14	2,1877	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	01/11/13	28/01/14	2,1965	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	04/11/13	29/01/14	2,2230	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	04/11/13	29/01/14	2,2070	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	04/11/13	29/01/14	2,2114	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	18/11/13	11/02/14	2,3330	2.000	4.684
ACC	Banco do Brasil	Ba1	25/11/13	19/02/14	2,3118	1.000	2.342
	Juros						1.480
Saldo em 31.12.2013						24.000	57.688

Instrumento	Instituição Financeira	Rating bancos	Data Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante	
						USD	BRL
ACC	Banco do Brasil	Ba1	20/03/14	16/06/14	2,3557	5.000	11.312
ACC	Banco do Brasil	Ba1	20/03/14	16/06/14	2,3479	5.000	11.312
ACC	Banco do Brasil	Ba1	21/03/14	17/06/14	2,3361	5.000	11.312
ACC	Banco do Brasil	Ba1	21/03/14	17/06/14	2,3341	10.000	22.624
ACC	Citibank	Baa2	20/03/14	15/09/14	2,3575	5.000	11.312
ACC	Citibank	Baa2	20/03/14	15/09/14	2,3400	5.000	11.312
ACC	Bradesco	Baa2	24/03/14	16/09/14	2,3484	5.000	11.312
ACC	Bradesco	Baa2	24/03/14	16/09/14	2,3284	5.000	11.312
ACC	Citibank	Baa2	24/03/14	15/12/14	2,3485	5.000	11.312
ACC	Citibank	Baa2	24/03/14	15/12/14	2,3370	5.000	11.312
ACC	Citibank	Baa2	27/03/14	22/12/14	2,3050	5.000	11.312
ACC	Citibank	Baa2	27/03/14	22/12/14	2,3205	5.000	11.312
ACC	Bradesco	Baa2	28/03/14	22/12/14	2,2970	5.000	11.312
ACC	Bradesco	Baa2	31/03/14	22/12/14	2,3055	5.000	11.312
ACC	JPMorgan	A3	28/03/14	20/03/15	2,3123	5.000	11.312
ACC	Banco do Brasil	Ba1	13/01/14	09/04/14	2,4030	450	1.018
ACC	Banco do Brasil	Ba1	24/01/14	22/04/14	2,3710	2.000	4.525
ACC	Santander	Baa1	20/12/13	18/05/14	2,3465	1.000	2.262
ACC	Santander	Baa1	04/12/13	03/06/14	2,3540	2.000	4.525
ACC	Santander	Baa1	05/12/13	03/06/14	2,3735	2.000	4.525
	Juros						961
Saldo em 31.03.2014						87.450	198.807

ii. Derivativos

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, o ajuste a valor de mercado das NDFs vinculadas à estratégia de proteção dessas operações é de R\$ 2.107, conforme quadro abaixo:

Derivativo	Instituição Financeira	Rating bancos	Data Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante		Valor justo	Variação para o valor justo
						USD	R\$		
NDF	HSBC	Aa3	31/01/14	01/04/14	2,4417	10.000	24.417	22.630	1.787
NDF	Standard Chartered	A2	31/01/14	01/04/14	2,4510	10.000	24.510	22.630	1.880
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/01/14	01/04/14	2,4165	2.000	4.833	4.526	307
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/01/14	01/04/14	2,4420	5.000	12.210	11.315	895
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/01/14	01/04/14	2,4475	3.000	7.343	6.789	554
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/01/14	01/04/14	2,4590	3.000	7.377	6.789	588
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/01/14	01/04/14	2,4647	2.000	4.929	4.526	403
NDF	Santander	Baa1	28/02/14	01/04/14	2,4294	1.000	2.429	2.263	166
NDF	Banco do Brasil	Ba1	28/02/14	01/04/14	2,4320	1.000	2.432	2.263	169
NDF	Santander	Baa1	28/02/14	01/04/14	2,4506	1.000	2.451	2.263	188
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,4182	(5.000)	(12.091)	(11.633)	(458)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,4195	(5.000)	(12.098)	(11.633)	(464)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,4010	(5.000)	(12.005)	(11.633)	(372)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,4057	(5.000)	(12.029)	(11.633)	(395)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3966	(5.000)	(11.983)	(11.633)	(350)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3955	(5.000)	(11.978)	(11.633)	(344)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3971	(5.000)	(11.986)	(11.633)	(352)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3859	(5.000)	(11.930)	(11.633)	(296)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3975	(5.000)	(11.988)	(11.633)	(354)
NDF	Standard Chartered	A2	31/03/14	01/07/14	2,4075	(5.000)	(12.038)	(11.633)	(404)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,4076	(5.000)	(12.038)	(11.633)	(405)
NDF	Santander	Baa1	31/03/14	01/07/14	2,3765	(5.000)	(11.883)	(11.633)	(249)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3599	(5.000)	(11.800)	(11.633)	(166)
NDF	Santander	Baa1	31/03/14	01/07/14	2,3508	(5.000)	(11.754)	(11.633)	(121)
NDF	Santander	Baa1	31/03/14	01/07/14	2,3573	(5.000)	(11.787)	(11.633)	(153)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3676	(5.000)	(11.838)	(11.633)	(205)
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3160	(5.000)	(11.580)	(11.633)	53
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3055	(5.000)	(11.528)	(11.633)	106
NDF	Banco do Brasil	Ba1	31/03/14	01/07/14	2,3176	(5.000)	(11.588)	(11.633)	45
NDF	Santander	Baa1	31/03/14	01/07/14	2,3228	(5.000)	(11.614)	(11.633)	19
NDF	Santander	Baa1	31/03/14	01/07/14	2,3205	(5.000)	(11.601)	(11.633)	33
Saldo em 31.03.2014						(67.000)	(156.200)	(158.307)	2.107

Todas essas operações encontram-se devidamente registradas na CETIP S.A..

Em 31 de Dezembro de 2013, não havia operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) para mitigar a volatilidade cambial de outras atividades operacionais e financeiras.

7.4 Saldos e resultados dos instrumentos financeiros utilizados para hedge

	USD milhões		R\$ milhões			
	Saldos		Patrimônio líquido		Resultado	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.03.13
Hedge de fluxo de caixa:						
ACC	-	-	(9.951)	(9.951)	-	100
NDF (Non Deliverable Forward)	177.300	236.000	8.337	(11.232)	1.634	6.800
Total	177.300	236.000	(1.614)	(21.183)	1.634	6.900

7.5 Créditos com Partes Relacionadas

Notas Explicativas

	31.03.14	31.12.13
British American Tobacco (GLP) Limited (a)	617.059	872.700
Brascuba Cigarrillos, S.A. (b)	19.745	21.308
	636.804	894.008
Circulante	617.059	872.700
Não Circulante	19.745	21.308

(a) British American Tobacco (GLP) Limited

A operação de venda da Yolanda Netherlands B.V. foi liquidada pelo GLP junto à subsidiária direta Yolanda Participações da seguinte forma:

(a) pagamento em caixa no valor de R\$ 285 e (b) emissão de seis letras descontadas, no valor total de R\$ 1.088, atualizados a taxa pré-fixada, cujos vencimentos e valores individuais são como segue:

Datas de vencimento	Valores de principal na data do contrato (jun/12)		Valores de resgate	Valores dos juros	Saldos em 2014	Saldos em 2013
	USD	R\$			USD	
27/07/2012	33.000	66.683	33.000	liquidado	liquidado	liquidado
29/05/2013	145.000	293.002	147.664	liquidado	liquidado	liquidado
27/03/2014	98.000	198.029	101.878	3.878	liquidado	237.371
27/06/2014	84.000	169.739	87.805	3.345	197.609	203.461
29/09/2014	63.000	127.304	66.222	2.509	148.208	152.595
29/12/2014	115.300	232.987	121.850	4.592	271.242	279.273
TOTAL	538.300	1.087.744	558.419	14.324	617.059	872.700

(b) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela controlada indireta Yolanda Participações S.A. na operação em conjunto Brascuba.

7.6 Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

Em complemento às análises de risco mencionadas na Nota 6 e em conformidade com a Instrução CVM N° 475/08, apresentamos abaixo “Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo” dos principais instrumentos financeiros, considerando-se que o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de câmbio.

	Operação	Valor exposto (USD mil)	Ganho (Perda) no resultado - R\$ mil		
			Cenário Provável taxa spot R\$/USD 2,45	Cenário Possível - Depreciação do US\$ em 25%	Cenário Remoto - Depreciação do US\$ em 50%
Itens expostos	Contas a receber de exportação	59.884	11.234	(33.870)	(67.741)
	Fluxo de embarque de fumo	110.300	37.177	(112.088)	(224.175)
	Contas a receber-letras descontadas (Nota 7.4)	374.624	51.167	(154.265)	(308.530)
	Financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	296.199	(69.940)	210.864	421.728
		841.007			
Instrumentos de hedge	ACC - contas a receber	-	(16.485)	49.702	99.404
	NDF - fluxo de embarque de fumo	110.300	(20.692)	62.386	124.771
		110.300			
Efeito líquido no resultado			(7.539)	22.729	45.458

8 Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Caixa e Bancos	185.223	184.882	177.688	178.820
Aplicações em debentures com compromisso de recompra	677.646	820.444	437.544	810.019
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	73.086	73.326	73.086	73.326
Fundos de Investimentos	356.326	313.017	349.288	306.121
	1.292.281	1.391.669	1.037.606	1.368.286

Referem-se a títulos de liquidez imediata mantidos com instituições financeiras que possuem classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos. As aplicações em debentures com compromisso de recompra e os Certificados de Depósitos Bancários são vinculados a taxas que variam entre 100% e 101,6% do CDI.

Do saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 14.400 (2013 - R\$ 8.838) referem-se a recursos mantidos em moeda estrangeira.

9 Contas a receber

(a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Circulante				
Clientes Terceiros	517.309	723.493	498.271	702.779
Clientes Cias do Grupo BAT	128.020	178.976	128.012	178.976
Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	(9.240)	(254.571)	(9.240)	(254.571)
Contas a Receber de Agricultores	8.345	11.187	8.345	11.187
Outras	959	1.181	966	1.181
	645.393	660.266	626.354	639.552
Provisão para Impairment	(12.439)	(13.344)	(12.411)	(13.178)
	632.954	646.922	613.943	626.374
Não Circulante - Contas a Receber de Agricultores e Outros	3.160	2.536	1.876	1.319
Parcela do saldo a receber de clientes mantido em dólares dos Estados Unidos	143.989	142.487	135.481	132.758

As contas a receber de agricultores constituem-se basicamente de: (i) fornecimento de insumos agrícolas para o plantio e colheita do fumo e (ii) investimentos para construção de estufas e galpões para cura e secagem do fumo pelo produtor.

(b) Idade do saldo de contas a receber de clientes e de agricultores

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
A vencer	604.215	620.311	583.892	598.380
Vencidos até 180 dias	28.587	34.426	28.587	34.426
Vencidos há mais de 180 dias	15.751	8.065	15.751	8.065
	648.553	662.802	628.230	640.871

(c) Movimentações na provisão para impairment de contas a receber

Notas Explicativas

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2013	13.344	13.178
Adições/Reversões	433	433
Baixas	(1.338)	(1.200)
Saldos em 31 de março de 2014	12.439	12.411

10 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Circulante				
Produtos Acabados	725.480	694.624	724.609	694.205
Produtos em Elaboração	4.925	4.275	4.794	4.144
Matérias-Primas	539.964	340.226	535.690	335.374
Produtos de Revenda	83.224	52.938	83.039	52.694
Materiais Diversos	47.843	43.734	44.248	39.867
Provisão para Impairment	(11.365)	(20.566)	(11.164)	(20.217)
	1.390.071	1.115.231	1.381.216	1.106.067
Não Circulante - Matéria-Prima (lenha)	17.852	17.690	17.646	17.684

11 Tributos a recuperar - Circulante e não circulante

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
ICMS sobre compra de ativo imobilizado (unidades fabris)	30.144	30.730	30.144	30.730
Diferencial de alíquota de ICMS entre os estados	38.255	41.676	38.255	41.676
Provisão para perdas com créditos fiscais - ICMS	(12.665)	(12.665)	(12.665)	(12.665)
Imposto de renda e contribuição social	13.501	10.311	12.394	8.702
PIS/COFINS/Finsocial a recuperar	80.844	80.844	80.844	80.844
Outros impostos a recuperar	4.956	4.954	4.945	4.944
	155.035	155.850	153.917	154.231
Circulante	54.853	55.233	53.735	53.614
Não Circulante	100.182	100.617	100.182	100.617

12 Impostos e despesas antecipados

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
IPÍ	225.548	721.562	225.548	721.562
Despesas antecipadas	50.164	38.965	42.056	37.843
Selos em estoques	1.407	1.427	1.407	1.427
ICMS	1.199	461	1.199	461
	278.318	762.415	270.210	761.293

13 Investimentos**(a) Composição do saldo**

	Controladora	
	31.03.14	31.12.13
Controladas		
Yolanda Participações S.A. e subsidiárias	276.808	291.356
Coligada		
Agrega Inteligência em Compras Ltda.	11.552	10.501
	288.360	301.857

(b) Movimentações do saldo.

Sociedades Controlada e Operação em Conjunto	Controlada	Operação em conjunto	Total
	Yolanda Participações S.A. e Operação em conjunto	Agrega Inteligência em Compras Ltda.	
Principais Informações			
Quantidade de ações ordinárias/quotas possuídas:			
em 31 de dezembro de 2013	111.405	55.000	
em 31 de março de 2014	111.405	55.000	
Percentual de participação no capital social:			
em 31 de dezembro de 2013	100,00 %	50,00 %	
em 31 de março de 2014	100,00 %	50,00 %	
Total de Ativos:			
em 31 de dezembro de 2013	905.905	21.367	
em 31 de março de 2014	898.628	23.183	
Total de Passivos:			
em 31 de dezembro de 2013	614.550	365	
em 31 de março de 2014	621.820	78	
Patrimônio líquido:			
em 31 de dezembro de 2013	291.356	21.002	
em 31 de março de 2014	276.808	23.105	
Lucro líquido do período:			
em 31 de dezembro de 2013	130.808	20.055	
em 31 de março de 2014	(13.519)	5.303	
Movimentação dos investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	291.356	10.501	301.857
Ajustes de Avaliação Patrimonial apropriados diretamente no Patrimônio Líquido:			
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	(1.029)	-	(1.029)
Resultado de equivalência patrimonial	(13.519)	2.651	(10.868)
Dividendos Pagos	-	(1.600)	(1.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	276.808	11.552	288.360

14 Imobilizado

Notas Explicativas

(a) Composição do saldo líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Terrenos	37.346	37.328	37.346	37.328
Edifícios	225.148	228.766	223.509	227.053
Máquinas e Equipamentos	483.957	431.566	476.954	424.110
Veículos	52.731	52.510	52.002	51.660
Imobilizado em Andamento	99.506	161.852	98.244	160.191
Equipamentos de Processamento de Dados	17.493	16.470	17.412	16.377
Móveis e Utensílios	15.440	14.662	15.324	14.537
Instalações	17.603	17.414	17.595	17.406
Outros (inclui ativo diferido na controladora)	12.094	13.899	10.522	12.229
	961.318	974.467	948.908	960.891

(b) Síntese das movimentações do saldo consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos/ Cercas	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Equipamentos de Processamento de Dados	Móveis e Utensílios	Outros Imobilizados	Total
Saldos em 31.12.13	38.965	455.852	1.627.263	188.388	161.852	112.170	38.855	72.817	2.696.162
Adições	-	-	2.483	-	23.878	-	324	14	26.699
Transferências	35	1.127	77.930	1.970	(85.287)	3.658	1.172	(47)	558
Baixas	-	-	(972)	(2.900)	(538)	(4.930)	(383)	(30)	(9.753)
Impairment	-	-	35	-	-	-	-	-	35
Efeito do Câmbio	-	(76)	(648)	(118)	(399)	(25)	(14)	(178)	(1.458)
Saldos em 31.03.14	39.000	456.903	1.706.091	187.340	99.506	110.873	39.954	72.576	2.712.243
Depreciação acumulada									
Saldos em 31.12.13	1.637	227.086	1.195.697	135.878	-	95.700	24.193	41.504	1.721.695
Adições	17	4.669	27.580	1.566	-	2.615	695	1.472	38.614
Baixas	-	-	(945)	(2.839)	-	(4.919)	(369)	(30)	(9.102)
Efeito do Câmbio	-	-	(197)	3	-	(16)	(5)	(67)	(282)
Saldos em 31.03.14	1.654	231.755	1.222.134	134.609	-	93.380	24.514	42.879	1.750.925
Imobilizado líquido									
Saldos em 31.12.13	37.328	228.766	431.566	52.510	161.852	16.470	14.662	31.313	974.467
Saldos em 31.03.14	37.346	225.148	483.957	52.731	99.506	17.493	15.440	29.697	961.318

(c) Síntese das movimentações do saldo da controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos/ Cercas	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Equipamentos de Processamento de Dados	Móveis e Utensílios	Outros Imobilizados	Total
Saldos em 31.12.13	38.965	453.682	1.613.564	185.740	160.191	111.157	38.298	91.190	2.692.787
Adições	-	-	2.484	-	23.878	-	326	1	26.689
Transferências	35	1.127	77.930	1.970	(85.287)	3.658	1.172	(47)	558
Baixas	-	-	(972)	(2.900)	(538)	(4.930)	(383)	(32)	(9.755)
Impairment	-	-	35	-	-	-	-	-	35
Saldos em 31.03.14	39.000	454.809	1.693.041	184.810	98.244	109.885	39.413	91.112	2.710.314
Depreciação acumulada									
Saldos em 31.12.13	1.637	226.629	1.189.454	134.080	-	94.780	23.761	61.555	1.731.896
Adições	17	4.671	27.579	1.566	-	2.613	697	1.469	38.612
Baixas	-	-	(945)	(2.839)	-	(4.920)	(369)	(29)	(9.102)
Saldos em 31.03.14	1.654	231.300	1.216.087	132.808	-	92.473	24.089	62.995	1.761.406
Imobilizado líquido									
Saldos em 31.12.13	37.328	227.053	424.110	51.660	160.191	16.377	14.537	29.635	960.891
Saldos em 31.03.14	37.346	223.509	476.954	52.002	98.244	17.412	15.324	28.117	948.908

Notas Explicativas

(a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Programas de Software-Licenças de Uso	265.769	267.145	262.334	262.059
Intangível em Andamento	6.094	5.295	6.094	5.295
Amortização Acumulada	(243.418)	(242.304)	(240.967)	(238.266)
	28.445	30.136	27.461	29.088

(b) Movimentações do saldo consolidado

	Saldos em 31.12.13	Adições	Transferências	Baixas	Efeito Câmbio	Saldos em 31.03.14
Custo do intangível	272.440	1.634	(559)	(1)	(1.651)	271.863
Amortização acumulada	(242.304)	(2.704)	-	1	1.589	(243.418)
Intangível líquido	30.136	(1.070)	(559)	-	(62)	28.445

(c) Movimentações do saldo da controladora

	Saldos em 31.12.13	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31.03.14
Custo do intangível	267.354	1.634	(559)	(1)	268.428
Amortização acumulada	(238.266)	(2.702)	-	1	(240.967)
Intangível líquido	29.088	(1.068)	(559)	-	27.461

16 Tributos a recolher sobre vendas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
IPI	283.281	988.616	283.281	988.616
ICMS	347.795	453.513	347.795	453.513
PIS	30.439	38.541	30.436	38.512
COFINS	106.569	139.149	106.553	139.015
	768.084	1.619.819	768.064	1.619.656

17 Empréstimos e financiamentos

Notas Explicativas

Circulante	Encargos	Consolidado		Controladora	
		31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Moeda Nacional					
Capital de Giro	Taxas de mercado	72.532	16.738	72.532	16.738
Moeda estrangeira					
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) US\$ 88 milhões (2013 - US\$ 34 milhões)	0,90% a.a. (2013 - 0,8% a.a.) + variação cambial	198.807	81.724	198.807	81.724
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) US\$ 296 milhões (2013 - US\$ 265 milhões)	6% a.a. (2013 - 6% a.a.) + variação cambial	670.164	620.504	670.164	620.504
		941.503	718.966	941.503	718.966

Não Circulante

Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) (2013 - US\$ 95 milhões)	6% a.a. (2013 - 6,0% a.a.) + variação cambial	-	222.951	-	222.951
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	---	----------------	---	----------------

Circulante - Capital de giro e ACC Instituições financeiras:	Vencimentos	31.03.14	31.12.13
Banco Bradesco S.A.	1 — 3 meses	-	4.734
Banco Bradesco S.A.	Até 1 ano	45.300	-
HSBC Bank Brasil S.A.	1 — 3 meses	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	Até 1 ano	-	-
Banco Citibank S.A.	1 — 3 meses	-	-
Banco Citibank S.A.	Até 1 ano	68.027	-
Banco do Brasil S.A.	1 — 3 meses	39.730	41.730
Banco do Brasil S.A.	Até 1 ano	22.700	-
Banco Santander Brasil S.A.	1 — 3 meses	11.700	11.740
Banco Santander Brasil S.A.	Até 1 ano	13.785	-
Banco Itaú BBA S.A.	1 — 3 meses	-	-
Banco Itaú BBA S.A.	Até 1 ano	58.747	16.738
Banco JP Morgan	1 — 3 meses	-	23.520
Banco JP Morgan	Até 1 ano	11.350	-
		271.339	98.462
Yolanda Netherlands B.V. - circulante e não circulante	Até 1 ano	670.164	620.504
	1 — 2 anos	-	222.951
	2 — 3 anos	-	-
	3 — 4 anos	-	-
		670.164	843.455
		941.503	941.917

Em 31 de março de 2014, o limite de créditos não utilizados junto às instituições financeiras montava R\$ 35.000 (R\$ 35.000 em 2013).

Os adiantamentos de contrato de câmbio têm como garantia os contratos de exportação. Os empréstimos para capital de giro são para suprir necessidades temporárias de caixa e têm como garantia cédula de crédito bancário. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

18 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

(a) Composição consolidada das provisões para contingências

Notas Explicativas

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro 2013	100.337	3.065	31.919	135.321
Adições e Reversões	2.868	71	5.351	8.291
Baixas por pagamento	-	-	(2.672)	(2.672)
Saldos em 31 de março 2014	103.205	3.136	34.598	140.940

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam R\$1.599.069 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$1.622.422) relacionados às principais disputas em processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível.

(b) Composição consolidada dos depósitos judiciais

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	193.016	1.080	29.207	223.303
Saldos em 31 de março de 2014	205.284	1.097	29.189	235.570

(c) Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas

I. Tributação de Lucros auferidos no exterior - probabilidade de perda possível

Em 2003, a Controlada Yolanda Participações (“Yolanda”) impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158/2001, que instituiu no ordenamento jurídico a sistemática de tributação automática dos lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior, independentemente da efetiva distribuição desses lucros no Brasil, assim como a tributação dos lucros acumulados até o ano-calendário 2002 pela empresa nacional.

Em 1ª instância, foi proferida decisão parcialmente favorável à Yolanda, que afastou a tributação dos lucros acumulados pela empresa até o ano-calendário 2002. Essa decisão foi mantida em 2ª instância e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos especial e extraordinário apresentados pela Yolanda e pela União Federal.

Paralelamente, a Receita Federal lavrou dois autos de infração contra a Yolanda, englobando, os lucros auferidos pelas controladas no exterior Yolanda Netherlands (“Netherlands”) e Brascuba entre os anos-calendário 2004 a 2006 e 2007 a 2008, no valor total de R\$ 727.026.

- (i) Autuação 2004-2006 (R\$ 480.686): Em 1ª instância, foi proferida decisão parcialmente favorável à Yolanda, que cancelou a tributação referente à Brascuba e, em relação à Netherlands, afastou apenas a parcela da autuação correspondente ao IRPJ (mantendo a CSLL). Em 2ª instância, essa decisão foi reformada para afastar apenas a tributação relativa à Brascuba. Atualmente, aguarda-se a intimação da empresa para apresentação de recurso ainda na esfera administrativa.
- (ii) Autuação 2007-2008 (R\$ 246.340): Em 1ª instância, foi proferida decisão favorável à Yolanda, cancelando integralmente a exigência fiscal. Em 2ª instância, essa decisão foi confirmada e, atualmente, aguarda-se a eventual apresentação de recurso por parte da União Federal.

A avaliação dos advogados externos responsáveis pela condução dos processos e da Administração da Companhia, em 2014, é de que as questões de fato e de direito levantadas pela empresa são consistentes e, portanto, as chances de perda da Yolanda são possíveis.

II. ICMS - Imunidade de pape – R\$ 55.595 – probabilidade de perda possível

Notas Explicativas

Ação anulatória de débito fiscal com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela com o objetivo de suspender a exigibilidade de crédito tributário de ICMS. Esse processo foi inicialmente ajuizado pela empresa Schweitzer-Mauduit, que já pertenceu ao grupo Souza Cruz sob a denominação Indústrias de Papel Pirahy S.A., sendo a responsabilidade atribuída, por contrato de compra e venda, à Souza Cruz. A responsabilidade da Companhia se fundamenta na obrigação de fazer considerando-se o que fora acordado neste contrato de compra e venda da empresa.

Em 06 de novembro de 2003, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Houve interposição de recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro, ao qual foi negado provimento. Contra o respectivo acórdão, o Estado interpôs recurso extraordinário, que foi inadmitido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado.

Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

III. IPI sobre cigarros sinistrados – R\$ 39.952 – probabilidade de perda possível

As autoridades fiscais autuaram a Souza Cruz pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se concretizaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente.

Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Em face dessa sentença, a União Federal interpôs recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi dado provimento. Contra o respectivo acórdão, foram opostos embargos infringentes, ainda pendentes de julgamento no TRF-2. Objetivando garantir a execução fiscal correlata, em novembro de 2011 e em outubro de 2013, foram realizados depósitos judiciais no montante total envolvido neste processo.

Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

IV. Taxa ANVISA de inspeção sanitária - probabilidade de perda provável

A Companhia, suportada por mandado de segurança, vem depositando judicialmente os valores cobrados pela ANVISA a título da taxa de inspeção sanitária exigida no registro e renovação de produtos. Por entender que as possibilidades de perda nessa discussão são prováveis, esses valores se encontram provisionados. Em 31 de março de 2014, o valor total provisionado corresponde a R\$ 66.190 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 64.220).

V. Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) - R\$ 23.137 - probabilidade de perda possível

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entende que a Companhia deveria recolher o SAT em alíquota superior, enquanto a Companhia pretende a declaração da validade do seu auto enquadramento, considerando o grau de risco de cada uma de suas Unidades.

A sentença que julgou improcedente o pedido da Companhia foi recentemente anulada, sendo determinado o retorno dos autos à origem para realização de perícia judicial e novo julgamento.

A Companhia apresentou quesitos e indicou assistente técnico para início da perícia, tendo o INSS apresentado impugnação ao valor da perícia. No momento, aguarda-se a apreciação do Juízo.

A questão do auto enquadramento para fins de incidência do SAT, é matéria que possui entendimento jurisprudencial favorável à tese da Companhia, tendo sido, inclusive, consignado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região essa possibilidade no caso concreto, por ocasião do julgamento do recurso de apelação da Companhia.

Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau defendido na ação proposta.

A probabilidade de perda dessa ação é considerada possível pelos consultores jurídicos.

Notas Explicativas

VI. **Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) – Diferencial do SAT – R\$ 56.374 –probabilidade de perda possível**

Em que pese o entendimento jurídico acerca dessa matéria, conforme descrito no item anterior, a Companhia foi autuada pela Delegacia da Receita Previdenciária de São Paulo, objetivando a constituição e recebimento do diferencial do SAT, apurado no período de 01/1994 a 01/2004.

Essa notificação foi julgada improcedente em 1ª instância e, no momento, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Após interposição de Recurso Voluntário pela Companhia, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência. A tese defendida pela Companhia, qual seja, de auto enquadramento no grau de risco médio, sob a alíquota de 2% e não de 3%, encontra consonância com os investimentos realizados pela Companhia, na área de prevenção de acidentes, o que lhe garantiria o direito a revisão do enquadramento do seu grau de risco, conforme entendimento do Judiciário Brasileiro sobre a matéria.

Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau sempre defendido pela Companhia.

Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

(d) **Responsabilidade pelo fato do produto**

Em 31 de março de 2014, havia 161 processos (em 31 de dezembro de 2013 - 187 processos) dessa natureza em andamento. De acordo com opiniões dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda das ações é considerada remota, não sendo requerida uma provisão referente à responsabilidade pelo fato do produto.

Até 31 de março de 2014, o Judiciário Brasileiro havia proferido decisões em 575 casos (em 31 de dezembro de 2013 – 560 casos), dos quais 572 (em 31 de dezembro de 2013 - 557) foram favoráveis à Companhia, e 3 (em 31 de dezembro de 2013 - 3) desfavoráveis (pendentes de recurso). Todos os 499 casos encerrados com decisões definitivas (em 31 de dezembro de 2013 - 473) são favoráveis aos argumentos de defesa da Companhia.

19 **Incentivos Fiscais**

Referem-se a benefícios que vêm sendo concedidos desde 1997, com base no programa estadual de incentivos fiscais do ICMS - Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) do Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da fábrica de cigarros na cidade de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, e da Usina de Processamento de Fumo, na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios terminaram em junho de 2005.

Em agosto de 2005, o Programa foi estendido para contemplar a transferência para Cachoeirinha do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico (DG), sediados no Rio de Janeiro àquela época, além da construção de nova linha de processamento de talos de folhas de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios se encerraram em 30 de abril de 2013 conforme previsto nos protocolos assinados com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores referentes a subsídios do Governo são registrados em conta do passivo, com apropriação para o resultado baseado na realização do correspondente ativo incentivado.

Durante o primeiro trimestre de 2014 não foram registrados incrementos na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante (ano de 2013 - R\$ 26.593) e foi realizado, no mesmo período, o montante de R\$ 13.040, perfazendo um saldo de R\$ 256.985 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 270.025). O montante realizado foi reconhecido no resultado do período na rubrica "Outras (Receitas) Despesas, Líquidas".

Notas Explicativas

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social é composto de 1.528.450.500 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31.03.2014		31.12.2013	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Controle acionário:	1.150.381.890	75,26%	1.150.381.890	75,26%
British-American Tobacco Company (Nederland) B.V.	1.150.381.890	75,26%	1.150.381.890	75,26%
Acionistas Minoritários:	378.068.610	24,74%	378.068.610	24,74%
Domiciliados no Exterior	259.841.027	17,00%	252.639.203	16,53%
Pessoas Físicas	95.315.495	6,24%	101.441.651	6,64%
Pessoas Jurídicas	22.912.088	1,50%	23.987.756	1,57%
	1.528.450.500	100,00%	1.528.450.500	100,00%

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Reserva estatutária para manutenção de capital de giro

Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e a manutenção dos estoques da Companhia, assim como possibilitar a compra de safras futuras de fumo. O estatuto da Companhia determina que essa reserva pode ser constituída em valor de até 30% do lucro líquido do exercício e o seu saldo não poderá exceder a 80% do capital social.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

O valor dos incentivos fiscais realizados no resultado está sendo destinado à conta de “Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais” no patrimônio líquido ao final de cada exercício.

(c) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei Societária.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de março de 2014, foi aprovado o pagamento dos dividendos complementares no valor de R\$ 819.249 (R\$ 0,53600 por ação), os quais foram pagos em de 22 de abril de 2014.

Em reunião realizada em 21 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor R\$ 24.929 (R\$ 0,01631 por ação), a serem pagos a partir do dia 21 de maio de 2014, atualizados pela variação da taxa SELIC calculada entre 1º de abril e 20 de maio de 2014.

21 Receita líquida das vendas

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Receita bruta de vendas	3.903.989	3.652.265	3.889.354	3.639.738
Tributos incidentes sobre vendas	(2.472.200)	(2.233.077)	(2.471.785)	(2.232.828)
Receita líquida das vendas	1.431.789	1.419.188	1.417.569	1.406.910

22 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Matéria-prima e materiais	(312.967)	(311.384)	(308.294)	(308.021)
Benefícios a empregados	(162.228)	(194.513)	(161.526)	(193.779)
Despesas com marketing	(60.400)	(47.815)	(59.269)	(46.934)
Serviços de terceiros	(90.250)	(79.190)	(91.741)	(78.649)
Depreciação e amortização	(41.322)	(42.911)	(41.314)	(42.908)
Manutenção e materiais diversos	(38.096)	(34.656)	(38.059)	(34.623)
Energia, água e comunicação	(14.000)	(14.611)	(13.981)	(14.580)
Despesas com viagens	(10.432)	(9.804)	(10.383)	(9.743)
Fretes, armazenagens, aduanas e outras	(14.274)	(13.326)	(14.274)	(13.326)
Contingências fiscais e trabalhistas	(10.645)	(7.543)	(10.645)	(7.543)
Aluguéis	(9.317)	(9.103)	(9.228)	(9.024)
Impostos e taxas	(11.178)	(4.742)	(11.158)	(4.647)
Doações e patrocínios (Lei Rouanet, Fundo da criança e outros)	(3.504)	(3.979)	(3.504)	(3.979)
Outras despesas	(17.457)	(11.847)	(15.920)	(10.702)
	(796.070)	(785.424)	(789.296)	(778.458)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(424.320)	(418.032)	(419.648)	(414.662)
Despesas com vendas	(190.776)	(187.120)	(189.641)	(186.240)
Despesas gerais e administrativas	(180.974)	(180.272)	(180.007)	(177.556)
	(796.070)	(785.424)	(789.296)	(778.458)

23 Benefícios a empregados

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Salários, incluindo remuneração variável	(80.274)	(113.914)	(79.909)	(113.475)
Encargos sociais	(52.128)	(49.552)	(52.021)	(49.446)
Benefícios, assistência médica e outros	(26.077)	(27.644)	(25.847)	(27.455)
Planos de pensão	(3.749)	(3.403)	(3.749)	(3.403)
	(162.228)	(194.513)	(161.526)	(193.779)

24 Outras (receitas) despesas, líquidas

A composição da linha de "Outras (receitas) despesas, líquidas", apresentada na demonstração do resultado pode ser assim resumida:

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Incentivos fiscais (Nota 19)	13.040	17.420	13.040	17.420
Resultado na venda de bens do imobilizado	1.765	2.370	1.765	2.370
Recuperação de custos de estocagem e de estoques	1.626	2.346	1.626	2.346
Recuperação de créditos de contas a receber	1.268	1.629	1.268	1.629
Atualização de depósitos judiciais	1.937	1.291	1.937	1.291
Recuperação de tributos e seguros	57	441	57	441
Outros resultados operacionais	6.093	3.103	6.043	3.089
	25.786	28.600	25.736	28.586

25 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Receitas Financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21.997	15.910	21.417	15.827
Juros e variações monetárias sobre contas a receber	9.405	9.682	4.731	4.204
Juros e variações monetárias sobre impostos a recuperar				
Outras receitas financeiras	662	882	626	578
	32.064	26.474	26.774	20.609
Variações Cambiais sobre Ativos				
Contas a receber no exterior	(31.184)	(20.748)	(1.824)	(5.630)
Caixa e equivalentes de caixa				
Outras variações cambiais	1.417	1.224	1.421	1.566
	(29.767)	(19.524)	(403)	(4.064)
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(9.689)	(13.432)	(9.689)	(13.432)
Juros SELIC sobre dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(20.198)	(13.456)	(20.198)	(13.456)
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira baseados na lei nº 4.131				
Juros Sobre Empréstimos em Moeda Nacional/Estrangeira	(540)	(596)	(540)	(596)
Juros sobre adiantamentos de contrato de câmbio e adiantamentos sobre cambiais entregues (ACC/ACE)	(425)	(656)	(425)	(656)
Despesas Financeiras Importações/Exportações/Bancárias/IOF	(6.870)	(5.530)	(5.956)	(5.507)
Outras despesas financeiras	(416)	(435)	(248)	(316)
	(38.138)	(34.105)	(37.056)	(33.963)
Variações Cambiais sobre Passivos				
Empréstimos com partes relacionadas	22.971	15.215	22.971	15.215
Empréstimos, adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e de cambiais entregues (ACE)	9.435	4.490	9.435	4.490
Fornecedores e outros	1.500	1.196	1.500	1.250
	33.906	20.901	33.906	20.955
	(1.935)	(6.254)	23.221	3.537

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição dos tributos diferidos

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Diferenças temporárias geradas por provisões:				
Ativos:				
Contingências	64.600	75.827	61.359	72.666
Perdas em ativos	15.801	19.152	15.772	19.122
Participações de empregados no resultado Operacionais	8.638	28.608	8.638	28.608
Benefícios trabalhistas	11.645	46.152	11.645	46.169
Outras	9.665	9.665	9.665	9.665
	16.261	6.830	16.261	6.831
	126.610	186.234	123.340	183.061
Passivos:				
Atualização de depósitos judiciais	11.492	10.835	11.492	10.835
Diferimento variação cambial (base caixa)	20.425	38.280	-	-
Outras	179	179	179	179
	32.096	49.294	11.671	11.014
Ativos - Líquido	94.514	136.940	111.669	172.047

Os saldos de ativos e passivos diferidos da Companhia apresentam-se como segue:

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

As normas contábeis estabelecem que uma Companhia não deve classificar os ativos e passivos fiscais diferidos como ativos e passivos circulantes. Portanto, existe um montante de R\$ 31.920 (2013 - R\$ 62.462) classificado como ativo fiscal diferido não circulante que, de acordo com a expectativa da Administração, será realizado nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será realizado no período de até 5 anos.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda (alíquota de 25%) e contribuição social (alíquota de 9%), demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Lucro antes da tributação	659.570	656.110	666.362	658.009
Juros sobre o Capital Próprio	(24.929)	(27.726)	(24.929)	(27.726)
Resultado de Controladas	-	-	10.868	2.566
Adições sobre preços de transferência	533	-	533	-
Inovação Tecnológica - Lei 11.196/2005	(14.384)	(10.447)	(14.384)	(10.447)
Realização de Incentivos Fiscais	(13.040)	(17.427)	(13.040)	(17.420)
Item Extraordinário	-	-	-	-
Itens permanentes, líquidos	(6.976)	(6.913)	(4.660)	(5.779)
Lucro tributável	600.774	593.597	620.750	599.203
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	204.263	201.823	211.055	203.729
Alíquota efetiva	31,0%	30,8%	31,7%	31,0%

(c) Medida Provisória 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

A referida Medida Provisória foi convertida em projeto de lei em abril deste ano após aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A Administração aguardará a sanção ou veto da Presidente da República para decidir o posicionamento da Companhia.

Baseada na avaliação inicial da Medida Provisória e na avaliação do texto final convertido em projeto de lei, a Administração entende que não há indicações de efeitos materiais nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

27 Informações por segmento de negócio

A Administração definiu os segmentos operacionais do Grupo com base nos relatórios utilizados pela diretoria na tomada de decisão estratégica dos negócios. Esses segmentos são:

- Fabricação e venda de cigarros atendendo diretamente a cerca de 300 mil pontos-de-venda de varejos e atacados no país.
- Operações de exportação de fumo para mais de 40 países nos cinco continentes.

A Administração efetua sua análise sobre o negócio sob o ponto de vista de comercialização dos produtos da Companhia. Cigarros são vendidos integralmente no Brasil e fumo exclusivamente no exterior. A segregação geográfica é natural pelo tipo de negócio.

A Companhia também possui outros pequenos negócios representados por vendas de fumo desfiado, papéis para cigarros e prestação de serviços de pesquisas e de infra-estrutura de informática. Separadamente, nenhum desses negócios constitui um segmento. Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da diretoria. Ainda por esse motivo, as linhas de “Resultado financeiro” e “Imposto de renda e contribuição social” também não são alocadas aos segmentos de negócios.

Não há dependência de cliente que represente 10% ou mais das receitas brutas totais da Companhia.

Os resultados Consolidados por segmentos no trimestre findo em 31 de março de 2014 são os seguintes:

Milhões de Reais	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total do Grupo
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	1.148,3	223,2	60,3		1.431,8
Custo dos Produtos Vendidos	224,4	163,3	36,6	-	424,3
LUCRO BRUTO	923,9	59,9	23,7		1.007,5
Despesas Operacionais - Líquidas	296,7	43,8	5,6	-	346,1
LUCRO OPERACIONAL	627,2	16,1	18,1		661,4
Resultado Financeiro	-	-	-	(1,8)	(1,8)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					659,6
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	204,3	204,3
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					455,3

Os resultados Consolidados por segmentos no trimestre findo em 31 de março de 2013 são os seguintes:

Notas Explicativas

Milhões de Reais	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total do Grupo
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	1.113,2	241,7	64,3		1.419,2
Custo dos Produtos Vendidos	207,3	172,3	38,4	-	418,0
LUCRO BRUTO	905,9	69,4	25,9		1.001,2
Despesas Operacionais - Líquidas	301,6	34,1	3,2	-	338,9
LUCRO OPERACIONAL	604,3	35,3	22,7		662,3
Resultado Financeiro	-	-	-	(6,2)	(6,2)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E					656,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	201,8	201,8
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					454,3

As exportações de fumo são realizadas, em sua maioria, com partes relacionadas (Nota 29).

28 Plano de pensão para benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria

A Fundação Albino Souza Cruz (FASC), da qual a Companhia e a British American Tobacco Américas Prestação de Serviços Ltda., parte relacionada sob o mesmo controle que a Souza Cruz, são as únicas patrocinadoras, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, tendo por objetivo principal a suplementação da aposentadoria dos seus colaboradores, através dos planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD). Os valores relacionados com os planos de benefícios foram apurados em avaliação atuarial anual. As últimas informações conduzidas pelos atuários independentes foram as de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, conforme apresentado nas demonstrações financeiras anuais.

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia efetuou contribuições em favor da Fundação, a título de contribuições, custos de pensões e despesas administrativas o montante de R\$ 3.753 (R\$ 3.408 em 31 de março 2013). Não são esperadas contribuições para o plano de benefício definido para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

29 Transações e saldos com partes relacionadas

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são pactuadas a valores, prazos e demais condições de mercado, quando existentes. A contratação de transações, cujas condições não encontram parâmetro de comparação no mercado, é avaliada tomando-se por base: (i) o interesse e necessidade da Companhia; (ii) custo envolvido levando em consideração: (a) percentual que o valor do serviço representa no custo total das atividades desenvolvidas internamente pela Companhia; (b) benefício agregado à Companhia; (c) contratação de recursos humanos e investimento na infraestrutura da Companhia para realização do serviço internamente.

No que se refere a medidas que visem tratar de conflitos de interesse, a Companhia tem por prática solicitar a consultores externos avaliação prévia dessas transações com o objetivo de garantir o caráter comutativo das condições ali pactuadas.

(a) Principais relacionamentos entre a controladora e as demais empresas controladas e operações em conjunto (*joint operations*)

Sociedades controladas e Operações em conjunto	Receitas		Despesas e Custos		Direitos		Obrigações	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.12.13	31.03.14	31.12.13
Yolanda Participações S.A.	-	-	-	-	603.937	-	-	-
Brascuba Cigarrillos, S.A. - operação em conjunto	2.777	2.172	206	100	17.595	15.551	1.691	1.636
	<u>2.777</u>	<u>2.172</u>	<u>206</u>	<u>100</u>	<u>621.532</u>	<u>15.551</u>	<u>1.691</u>	<u>1.636</u>

Notas Explicativas

Direitos: Contas a receber da operação em conjunto Brascuba Cigarrillos, S.A. decorrentes de exportações de materiais para produção de cigarros, do contrato de financiamento e juros. Valor a receber da Yolanda Participações por restituição de capital em função de redução do capital social da controlada ocorrida em 30 de julho de 2013.

Obrigações: Contas a pagar a Brascuba Cigarrillos, S.A. decorrentes de reembolsos de despesas inerentes ao negócio e a importação de cigarros.

Receitas/Custos/Despesas: Transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços, variações cambiais sobre adiantamentos recebidos/contas a receber da controlada indireta Brascuba Cigarrillos, S.A. e variação cambial e encargos sobre financiamento para exportação de fumo com sua controlada indireta Yolanda Netherlands B.V. até 29 de junho de 2012, antes da alienação da totalidade de suas ações para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1).

Em 31 de março de 2014 e de 2013, a Companhia não possuía responsabilidade por avais a suas sociedades controladas, de operações em conjunto e de quaisquer outras partes relacionadas.

(b) Relacionamentos entre a controladora e as demais empresas do grupo BAT

A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos são os seguintes:

Notas Explicativas

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 31.03.2014	Saldos em 31.12.2013
Contas a Receber:				
Letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 7.5)	1.373.576	BAT (GLP) Limited (Circulante)	617.059	872.700
			617.059	872.700
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	911.548 1.448 380 157 69 103 268	BAT (GLP) Limited Nobleza-Piccardo SAICYF BAT Chile Operaciones S.A BAT Bangladesh CO LTD CA.Cigarrera Bigott Sucs. BAT International Limited BAT Mexico SA de CV Outras companhias	76.185 1.738 437 157 116 101 77 94	122.785 1.027 255 162 83 36 172 5.224
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos	7.039 1.855 9.436 7.643 4.756 3.693 2.997 1.719 1.689 671 702 671	Imperial Tobacco Canada Limited British American Tobacco Colombia SAS BAT Chile Operaciones S.A BAT Américas Prestação de Serviços Ltda BAT Mexico SA de CV Nobleza-Piccardo SAICYF CA.Cigarrera Bigott Sucs. Tabacalera Istmena SA West Indian Tobacco CO. BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd Tabacalera Istmena Sucursal Honduras SA BAT South Africa Outras companhias	5.120 2.442 2.359 1.955 1.189 893 749 430 422 245 175 168 305	3.360 2.048 9.943 - 846 332 269 156 142 - 64 1.009 50
Prestação de serviços de informática	5.453 1.136 3.590 3.691 1.554 6.503 2.414 4.769 1.159 1.772 525	BAT (Holdings) Limited Imperial Tobacco Canada Limited BAT Chile Operaciones S.A CA.Cigarrera Bigott Sucs. BAT del Peru S.A.C BAT Mexico SA de CV Nobleza-Piccardo SAICYF BASS (GSD) Limited British American Tobacco Colombia SAS BAT Américas Prestação de Serviços Ltda Tabacalera Hondurena SA Outras companhias	1.653 1.085 1.019 608 574 522 386 382 295 219 130 433	1.572 812 3.332 104 246 481 290 900 191 92 32 474
Transações representadas por contas a receber referente a reembolso de despesas	7.404 1.809 602 444 397 366 280 151 148 126 124 111 106	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda BAT (Holdings) Limited BAT Investments LTD BAT (GLP) Limited Commercial Marketers & Distributors British American Tobacco Colombia SAS CA.Cigarrera Bigott Sucs. BAT South Africa BAT Japan LTD BAT Mexico SA de CV BAT Korea Ceylon Tobacco Company PLC Imperial Tobacco Canada Limited Outras companhias	7.404 1.809 602 444 397 366 280 151 148 126 124 111 106 1.742	7.362 1.786 852 21 - 486 114 306 233 207 212 60 98 1.804
			116.473	170.030

Notas Explicativas

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 31.03.2014	Saldos em 31.12.2013
Contas a Pagar e Adiantamentos Recebidos:				
Contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	1.362.326	Yolanda Netherlands B.V. (Circulante) Yolanda Netherlands B.V. (Não Circulante)	670.164 -	620.504 222.951
			670.164	843.455
Transações comerciais representadas contas a pagar por importações de produtos/mercadorias (fumos e outras)	13.783 1.728 313 212	BAT (GLP) Limited British American Tobacco Mexico SA Imperial Tobacco Canada Limited Noblez-a-Piccardo SAICYF BAT Chile Operaciones S.A Outras companhias valor inferior a R\$ 100 mi	8.222 744 304 32 - 77	439 651 - 511 388 84
Royalties a pagar pelo direito de industrialização, distribuição ou comercialização de produto	% sobre volume de vendas	BAT (BRANDS) INC BAT American Cigarette Company	104 39	88 -
Transações comerciais representadas contas a pagar por prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações do emissor e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo	31.424	BAT Investments LTD	-	14.990
Contas a pagar por recharges encargos sociais, seguro de vida, etc. de expatriados	340 285 155 200	BAT (Holdings) Limited Imperial Tobacco Canada Limited BAT Chile Operaciones S.A BATCA Suc Honduras, AS	107 45 34 -	199 48 13 105
Transações representadas por contas a pagar referente a registros e manutenção das marcas globais da BAT	% sobre o total das despesas	BAT Mark Limited	19	-
Transações representadas por contas a pagar por importação de serviços de informática	23.300	BASS (GSD) Limited	4.982	-
Transações representadas por contas a pagar referente a reembolso de despesas	20 18 2	BAT (GLP) Limited BAT Investments LTD BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	20 18 2	- - 472
			14.749	17.988

Notas Explicativas

Receitas:	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 31.03.2014	Saldos em 31.03.2013
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	BAT (GLP) Limited	214.089	232.981
	Nobleza-Piccardo SAICYF	1.448	4.344
	BAT Chile Operaciones S.A	380	3.147
	BAT Mexico SA de CV	268	175
	BAT International Limited	103	-
	Outras companhias	96	136
Prestação de serviços de informática	BAT Mexico SA de CV	1.697	1.216
	BAT (Holdings) Limited	1.565	615
	BASS (GSD) Limited	1.223	3.218
	CA.Cigarrera Bigott Suc.	926	357
	BAT Chile Operaciones S.A	876	751
	Nobleza-Piccardo SAICYF	606	518
	BAT del Peru S.A.C	458	337
	British American Tobacco Colombia SAS	307	287
	BASS Americas S.A.	282	752
	Imperial Tobacco Canada Limited	273	170
	Tabacalera Hondurena SA	135	65
	West Indian Tobacco CO.	128	109
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	127	-
	BATCA Sucursal Nicaragua	107	45
	BATCCA Servicios, SA	105	159
	Tabacalera Istmena Sucursal Honduras SA	102	54
Outras companhias	424	437	
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos	BAT Chile Operaciones S.A	2.359	2.264
	Imperial Tobacco Canada Limited	1.760	840
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	1.416	1.554
	BAT Mexico SA de CV	1.189	1.244
	Nobleza-Piccardo SAICYF	923	781
	CA.Cigarrera Bigott Suc.	749	808
	British American Tobacco Colombia SAS	464	493
	Tabacalera Istmena SA	430	468
	West Indian Tobacco CO.	422	420
	BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd	245	229
Outras companhias	598	673	
Prestação de serviços de back office	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	261	176
		236.541	259.823
Juros sobre letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 25)	BAT (GLP) Limited	4.667	5.450
Varição Cambial sobre contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 25)	Yolanda Netherlands B.V.	22.971	15.215
		27.638	20.665
Despesas e Custos:	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 31.03.2014	Saldos em 31.03.2013
Custo da prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações da Souza Cruz e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo.	BAT Investments Limited	7.967	6.475
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	667	4.117
		8.634	10.592
Juros sobre contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 25)	Yolanda Netherlands B.V.	9.689	13.432
Varição cambial sobre letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo	BAT (GLP) Limited	29.360	15.118
		39.049	28.550

A Companhia possui contrato de exportação de fumo com empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato, que entrou em vigor desde 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumicultores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando-se em consideração a cobertura dos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio. Em 28 de junho de 2013 um novo fluxo de embarques foi renegociado até janeiro de 2015.

As operações de exportação de serviços de informática, de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de serviços de apoio técnico e estratégico especializado estão suportadas por contratos com duração que varia, em geral, entre 3 e 12 meses, com possibilidade de renovação anual. Os preços desses serviços levam em consideração os custos inerentes a essas atividades, acrescidos de margem de lucro suficiente para garantir a rentabilidade desses negócios e, portanto, suficiente também para atender os requerimentos estabelecidos pela legislação fiscal brasileira.

Notas Explicativas

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração – consolidado e controladora

O pessoal-chave da Administração inclui os membros da diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar está apresentada a seguir:

	31.03.14	31.03.13
Remuneração Fixa		
. Salários	1.930	1.893
. Benefícios diretos e indiretos	1.933	899
Remuneração Variável		
. Participação nos Resultados	9.903	4.824
. Remuneração por Participação em Reuniões	16	16
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	2.400	63
	<u>16.182</u>	<u>7.695</u>

30 Lucro líquido por ação

O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício, conforme requerido pelo IAS 33 ("*Earning per Share*"). No período findo em 31 de março de 2014, não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente sujeitas a diluição.

	Consolidado		Controladora	
	31.03.14	31.03.13	31.03.14	31.03.13
Lucro líquido do exercício	455.307	454.287	455.307	454.280
Quantidade de ações em circulação (milhares)	1.528.451	1.528.451	1.528.451	1.528.451
Lucro líquido por ação (básico e diluído) ao final do exercício - R\$	<u>0,30</u>	<u>0,30</u>	<u>0,30</u>	<u>0,30</u>

31 Garantias prestadas e outras responsabilidades

A Companhia tem compromissos com os bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R\$ 64.494 em 31 de março de 2014 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 117.730), vencíveis até o ano de 2018, os quais serão quitados pelos agricultores com fornecimento de fumo.

Para a determinação do valor justo dos avais que a Companhia estima honrar decorrente desses compromissos bancários, a Companhia mantém provisão para *impairment* classificada como redutora dos créditos a receber desses mesmos agricultores.

32 Cobertura de Seguros

A Companhia desenvolve um programa de gerenciamento com o objetivo de limitar riscos, contratando coberturas compatíveis com seu porte e com a dimensão de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados adequados pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, a dispersão geográfica de suas dependências, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores especializados.

Até 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais estava composta por R\$ 814,2 milhões para danos materiais, R\$ 101,4 milhões para despesas extraordinárias e R\$ 2,8 milhões para responsabilidade civil.

Notas Explicativas**DIRETORIA**

Andrea Martini
Presidente

Leonardo Forner Senra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Adriano Alvim de Oliveira
Diretor

Maria Alicia Lima Peralta
Diretor

Dimar Paulo Frozza
Diretor

Fernando Luiz Mendes Pinheiro
Diretor

Cátia Valéria de Paiva Porto
Diretor

Jorge Alejandro Irribarra Pastenes
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Cesar de Almeida Oberlander
Presidente

Andrea Martini
Vice-Presidente

Leonardo Forner Senra
Membro

Ellen Gracie Northfleet
Membro

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Rudolf Hohn

Notas Explicativas

Membro

Pedro Sampaio Malan

Membro

Membro

Carlos Ivan Simonsen Leal

Membro

CONSELHO FISCAL**Antonio Duarte Carvalho de Castro**

Presidente

Humberto Casagrande Neto

Membro

Paulo Eduardo Pessoa Cavalcanti da Silva Santos

Membro

CONTADOR**Anderson Ramos Oliveira**

CRC RJ-089414-0/O

Contador Responsável

Alexandre Rodrigues Sobrinho

CRC RJ-106481/O-2

Gerente de Contabilidade

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Variações relevantes em contas do balanço no decorrer do primeiro trimestre de 2014 (em milhares de reais) :

Caixa e Equivalentes de Caixa (redução de: controladora R\$ 330.680 – consolidado R\$ 99.388)

A redução decorre principalmente do pagamento de tributos sobre vendas e início da compra da safra de fumo cru dos agricultores, líquido da captação de capital de giro e adiantamentos de contrato de câmbio para exportação de fumo.

Matérias Primas – CIRCULANTE (aumento de: controladora R\$ 275.149 – consolidado R\$ 274.840)

Início da compra da safra de fumo cru dos agricultores que se concentra no 1º semestre de cada ano.

Impostos Antecipados - IPI, ICMS e Selos (redução de: controladora e consolidado R\$ 495.296)

A redução deve-se principalmente a maior concentração de IPI incidente sobre produtos na saída de fábrica para as centrais de distribuição no final de 2013 pelos movimentos de compra por parte do varejo, em antecipação aos aumentos de preços em janeiro de 2014.

Salários e Encargos (redução de: controladora R\$ 32.058 – consolidado R\$ 32.121)

A redução deve-se principalmente ao pagamento da participação nos resultados aos funcionários que ocorre no mês de março.

IPI a Recolher (redução de: controladora e consolidado R\$ 705.335)

Recolhimento do saldo de IPI a pagar em 2014 formado durante a maior concentração de IPI incidente sobre produtos na saída de fábrica para as centrais de distribuição no final de 2013 devido aos movimentos de compra por parte do varejo, em antecipação aos aumentos de preços em janeiro de 2014.

ICMS a Recolher (redução de: controladora e consolidado R\$ 105.718)

Recolhimento do ICMS a pagar em 2014 formado durante a maior concentração de vendas de produtos devidos aos movimentos de compra por parte do varejo no final de 2013 em antecipação aos aumentos de preços de janeiro de 2014.

Empréstimos e financiamentos (aumento de: controladora e consolidado R\$ 222.537)

Maior captação de empréstimos temporários em moeda nacional para formação de capital de giro e aquisição da safra dos agricultores que se concentra no 1º semestre de cada ano e de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) para exportação de fumo.

Dividendos e JCP a Pagar (aumento de: controladora R\$ 837.974 e consolidado R\$ 841.179)

O aumento deve-se ao provisionamento de dividendos complementares a pagar (R\$ 0,53600 por ação) referente ao exercício de 2013, aprovados em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de março de 2014, os quais foram pagos em 22 de abril de 2014 e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 0,01631 por ação) aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2014 para pagamento a partir do dia 21 de maio de 2014.

Passivo Não Circulante - Débitos com Outras Partes Relacionadas (redução de: controladora e consolidado R\$ 222.951)

A redução deve-se principalmente liquidação compromissos por contratos de financiamento de exportação fumo com a sua ex-controlada indireta Yolanda Netherlands.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Souza Cruz S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2014

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Souza Cruz S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Souza Cruz S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa

Contador CRC RJ-052428/O-2